



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ARLAN ALVES DANTAS

OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) PARA A PROFISSÃO CONTÁBIL A
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA CIDADE DE
SOUSA/PB

SOUSA - PB
2010

ARLAN ALVES DANTAS

OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE
ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) PARA A PROFISSÃO CONTÁBIL A
PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS CONTADORES DA CIDADE DE
SOUSA/PB

Monografia apresentada ao Curso de
Ciências Contábeis do CCJS da
Universidade Federal de Campina
Grande, como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel em
Ciências Contábeis.

Orientadora: Professora Ma. Janeide Albuquerque Cavalcanti.

SOUSA - PB
2010

ARLAN ALVES DANTAS

OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO
DIGITAL (SPED) PARA A PROFISSÃO CONTÁBIL A PARTIR DA PERCEPÇÃO
DOS CONTADORES DA CIDADE DE SOUSA /PB

Este Trabalho de conclusão de curso foi julgado e aprovado para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis no Programa de Graduação em Ciências Contábeis da Universidade Federal de Campina Grande Campos Sousa/PB.

Sousa, 15 de Novembro de 2010.

Thaiseany Freitas
Prof^a. Coordenadora do Curso

BANCA EXAMINADORA

.....
Janeide Albuquerque Cavalcanti
Prof^a. MSc.

.....
Thiago Alexandre das Neves Almeida
Prof. MSc.

.....
Marconi Araújo Rodrigues
Prof. MSc.

Dedico este trabalho aos meus pais Manoel e Hilda, a todos meus irmãos indistintamente, à minha esposa Fabiana, ao meu filho Caio e a todos que colaboraram nessa vitória.

RESUMO

A profissão contábil sempre foi influenciada por fatores sociais, econômicos e políticos. O crescimento econômico e o desenvolvimento das atividades empresariais estão redefinindo o papel do contador, que agora participa diretamente das estratégias de gestão das organizações. A evolução tecnológica propiciou uma revolução nos meios de comunicação. A informação, cada vez dinâmica, tornou-se mais acessível para todos. As empresas se modernizaram e expandiram seus negócios, elevando o número de suas operações. Todos esses avanços proporcionaram novas perspectivas para a profissão contábil, no entanto, os órgãos da administração tributária no Brasil, no intuito de possuir o controle sobre as transações dos contribuintes, elevavam o número de obrigações acessórias, criando entraves para o crescimento econômico e dificultando o trabalho do contador. Observando esse fato, o Governo instituiu o Sistema Público de Escrituração Digital (SPED), que veio modernizar a fiscalização e permitir a integração entre as esferas do Governo, que agora se utilizam de um único banco de dados compartilhado. As atribuições do profissional de contabilidade, após a implantação do SPED, novamente serão redefinidas, causando impactos para a profissão. Neste sentido, o presente estudo tem o objetivo de identificar os impactos gerados para a profissão contábil a partir da percepção dos contadores do município de Sousa – PB. A Metodologia empregada no presente estudo foi uma pesquisa de campo que se utilizou de um questionário, o qual foi direcionado aos profissionais de contabilidade de Sousa – PB, que possui um universo de 120 profissionais habilitados, inscritos no Conselho Regional de Contabilidade (CRC), mas que se limitou a uma amostra de 13 profissionais, integrantes da União dos Contadores Sousemense (UNICONTS). Os dados coletados foram tabulados utilizando o programa MS Excel 2007. A pesquisa faz uma abordagem teórica sobre a profissão contábil, evidencia a importância da qualificação no exercício da função, discorre sobre as mudanças advindas a partir das inovações tecnológicas, conceitua e expõe o SPED, com seus subprojetos, e as mudanças do fisco no Brasil. Ao término da pesquisa, verificou-se que, embora a maioria dos profissionais consultados afirmem, de modo positivo, as vantagens que o SPED trouxe, ainda há muita falta de conhecimento por parte dos profissionais. A pesquisa atingiu seus objetivos, à medida que conseguiu identificar os impactos para a profissão contábil de acordo com a percepção dos contadores de Sousa – PB.

Palavras-chave: Profissão contábil. Sistema Público de Escrituração Digital. SPED.

ABSTRACT

The accounting profession has always been influenced by social, economic and political. Economic growth and development of business activities are redefining the role of the accountant who now participate directly in the management strategies of organizations. Technological developments led to a revolution in the media. The information, ever dynamic, has become more accessible for everyone. The companies have modernized and expanded their businesses, bringing the number of operations. All these advances have provided new perspectives for the accounting profession, however, the bodies of tax administration in Brazil, in order to have control over the transactions of taxpayers, raising the number of ancillary obligations, creating barriers to economic growth and hindering the working the counter. Noting this fact, the Government introduced the Public System of Digital (SPED), which has modernized the supervision and enable integration between spheres of government, which now use a single shared database. The duties of the professional accounting after the implementation of SPED, will be reset again, impacting the profession. In this sense, this study aims to identify the impacts to the accounting profession from the perception of accountants in the city of Sousa - PB. The methodology employed in this study was a field study which used a questionnaire, which was targeted at professional accounting Sousa - PB, which has a population of 120 skilled professionals, enrolled in the Regional Accounting Council (CRC) but merely a sample of 13 professionals, members of the Union of Accountants Sousense (UNICONTS). The collected data were tabulated using the MS Excel 2007. The research makes a theoretical approach to the accounting profession, highlights the importance of qualifications on the job, talks about the changes resulting from technological innovations, defines and exposes the SPED with its projects, and changes to the tax authorities in Brazil. At the end of the study, it was found that, although most of the professionals assert, positively, that the advantages brought SPED, there is still a great lack of knowledge among professionals. The research has achieved its objectives, as they managed to identify the impacts to the accounting profession in accordance with the perception of counters Sousa – PB.

Keywords: Accounting profession. Public System of Digital. SPED

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Macroprocesso do SPED.....	27
Figura 2 – Modelo Operacional da Nota Fiscal Eletrônica.....	34
Figura 3 - Modelo Operacional da Escrituração Fiscal Digital.....	39
Figura 4 - Modelo Operacional da Escrituração Contábil Digital	40

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Gênero dos participantes da pesquisa.	41
Gráfico 2 – Faixa Etária dos participantes da pesquisa.	42
Gráfico 3 – Grau de Instrução dos participantes da pesquisa.	42
Gráfico 4 – Tempo de atuação dos participantes da pesquisa.	43
Gráfico 5 – Outras áreas de atuação dos participantes da pesquisa.	43
Gráfico 6 – Atualização dos profissionais de contábeis.	44
Gráfico 7 – Nível de conhecimento sobre o SPED.	45
Gráfico 8 – Papel do SPED na percepção dos contabilistas de Sousa-PB.	45
GGráfico 9 – Acesso às informações dos clientes após a implantação do SPED segundo os contabilistas de Sousa-PB.	46
Gráfico 10 – Responsabilidade pelas informações após a implantação do SPED segundo os contabilistas de Sousa - PB.	47
Gráfico 11 – Influencia do SPED no mercado de trabalho dos profissionais de contabilidade segundo os contabilistas de Sousa - PB.	47
Gráfico 12 – Melhorias dos serviços prestados segundo os contabilistas de Sousa-PB.	48
Gráfico 13 – Valorização de outros serviços prestados pelo profissional contábil segundo os contabilistas de Sousa-PB.	48

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
1.1 Contextualização e Problema da Pesquisa	9
1.2 Objetivos	10
1.2.1 Objetivo Geral	10
1.2.2 Objetivos Específicos	10
1.3 Justificativa	11
1.4 Procedimentos Metodológicos	12
1.4.1 Pesquisa quanto aos objetivos	12
1.4.2 Pesquisa quanto aos procedimentos	13
1.4.3 Pesquisa quanto a abordagem do problema	13
1.4.5 Universo e Amostra	13
1.4.6 Instrumento de Coleta de Dados	13
1.4.7 Análise dos Dados	13
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	14
2.1 A Contabilidade	14
2.2 Profissão Contábil	14
2.2.1 Atribuições do Profissional Contábil	15
2.2.2 O Perfil do Novo Profissional Contábil	18
2.3 A Informação na Contabilidade	19
2.4 Tecnologia de Informação	19
2.5 Inteligência Artificial	20
2.6 Inteligência Fiscal	20
2.7 Sistema Tributário Brasileiro	21
2.8 A Escrituração Contábil e Fiscal	22
2.9 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)	22
2.9.1 Origem e Evolução	22
2.9.2 Consolidação	24
2.9.3 Definição	25
2.9.4 Composição	26
2.9.5 A Metodologia	26
2.9.6 Objetivos	27
2.9.7 Benefícios	28
2.9.8 Órgãos Fiscalizadores	29
2.9.9 Entidades envolvidas	29
2.9.10 Empresas Piloto	30
2.10 Nota Fiscal Eletrônica (NFe)	31
2.10.1 Conceito	31
2.10.2 Objetivos do Projeto	31
2.10.3 Características da Nota Fiscal Eletrônica	32
2.10.4 O Modelo Operacional	32
2.10.5 Benefícios Esperados	34
2.11 SPED Fiscal (EFD)	35
2.11.1 Conceito	35
2.11.2 Disposições Gerais	36
2.11.3 Apresentação do arquivo ECF	36
2.11.4 Livros abrangidos	36
2.11.5 Periodicidade das informações	37
2.11.6 Assinatura com certificado digital	37
2.11.7 A Guarda das informações	38
2.11.8 Dos blocos e registros da EFD	38
2.12 SPED Contábil (ECD)	40
3 ANÁLISE DOS RESULTADOS	41
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	52

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização e Problema da Pesquisa

As intensas alterações nos mercados globais, influenciadas pelo avanço tecnológico e pela revolução do conhecimento, permitiram que as empresas ampliassem seus negócios e expandissem seus mercados. Um novo tratamento para as informações começou a fazer parte das estratégias de gestão das empresas, o que implicou para uma série de mudanças na contabilidade.

A implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) no Brasil muda a relação contribuinte – Governo, pois consiste na modernização do fisco, objetivando intensificar a fiscalização através da integração e da racionalização das informações dos contribuintes em todo o país.

O profissional de contabilidade deve estar preparado e atento para esse novo cenário de mudanças. A implantação do SPED em todo o Brasil é mais um desafio para os profissionais de contabilidade, pois somente aqueles que se dedicam em um aperfeiçoamento continuado dos estudos serão capazes de acompanhar essas gradativas mudanças.

O SPED redefine o papel dos contadores prevendo alterações no modo de agir destes, pois destaca sua maior participação na prestação das informações das empresas, passando a ser co-responsáveis pela validade do conteúdo dos dados.

As discussões acerca da implantação do SPED em palestras, seminários, fórum e revistas especializadas têm levantado alguns questionamentos que implicam para a sobrevivência no mercado de alguns contadores, pois dizem respeito aos impactos causados pós-implantação do SPED no Brasil.

Neste sentido, este trabalho pretende investigar quais os impactos da Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil a partir da percepção dos contadores da cidade de Sousa – PB?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

Identificar os impactos da implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) na profissão contábil a partir da percepção dos contadores da cidade de Sousa - PB.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Traçar o perfil dos profissionais de contabilidade de Sousa - PB;
- Verificar o nível de conhecimento desses profissionais a respeito do SPED;
- Apontar, na percepção dos contadores, as mudanças para a profissão contábil a partir da implantação do SPED;
- Mostrar, na percepção dos contadores, as vantagens ou as desvantagens do SPED no exercício da profissão contábil.

1.3 Justificativa

Adotar novos procedimentos, principalmente na área de gestão é sempre um desafio para as empresas. Quando essas mudanças deixam de ser facultativas e passam a ser obrigatórias e com prazos definidos, o desafio torna-se ainda maior (BORGES, 2008).

Cientes da complexidade de nosso sistema tributário, os processos internos das empresas devem ser revistos antecipadamente, não bastando que os mesmos sejam integrados, produzindo informações confiáveis, devendo ser coerentes quanto aos seus dados, algo que transcende os limites das empresas.

A empresa que não se adequar às regras do SPED poderá incorrer em multas, assim como poderá ter o seu funcionamento prejudicado, acarretando prejuízos para a empresa e afetando direta e indiretamente a cadeia produtiva da qual ela está inserida.

Dessa forma, o profissional contábil deve estar preparado para orientar os gestores no uso dos procedimentos necessários inclusive no manejo das novas tecnologias empregadas como exemplo da assinatura digital em formato de certificado digital.

Percebe-se, no entanto, que o SPED prevê maior responsabilidade aos contadores e conhecimento prévio sobre os efeitos da implantação do SPED é algo fundamental para a manutenção e sobrevivência do profissional no mercado de trabalho.

O SPED é um assunto recente que precisa ainda ser bastante explorado e diz respeito aos profissionais de contabilidade. Abordar os impactos da implantação do SPED como tema é extremamente útil no aspecto da melhoria da qualidade do atendimento dos serviços prestados pelos contadores.

A cidade de Sousa – PB foi escolhida como local de coleta de dados para a realização do presente estudo devido o fato da mesma ser uma cidade pólo no alto sertão da Paraíba, em termos de economia e cultura. A cidade dispõe de duas faculdades de ciências contábeis e uma relação de 120 profissionais inscritos do Conselho Regional de Contabilidade.

A União dos Contabilistas Sousemense (UNICONTS), foi escolhida para responder os questionários devido o fato da mesma reunir treze profissionais conceituados na cidade de Sousa - PB, e por questões de acessibilidade, os membros da UNICONTS, foram escolhidos para responder aos questionários aplicados no presente estudo.

1.4 Procedimentos Metodológicos

Os métodos e técnicas selecionados para a elaboração do presente estudo foram aqueles que direcionaram os problemas apresentados a uma solução adequada e conduziram a investigação aos seus objetivos propostos, pois, segundo Silva (2008, pag.53), a escolha da metodologia oscila de acordo com os objetivos traçados da pesquisa e o problema que se encontra sendo investigado.

A presente investigação se utilizou do método dedutivo, para descrever os efeitos pós-implantação do Sistema Público de Escrituração Digital, deduzindo questões gerais e pertinentes a partir de informações coletadas por particulares pois, segundo Silva (2008, apud Pacheco, p.41) esse tipo de investigação, os interesses estão mais voltados para o conteúdo do que para os procedimentos, razão pela qual a metodologia é determinada pela problemática em estudo, a generalização pela particularização, a relação causal e linear pela relação contextual e complexa, os resultados inquestionáveis pelos resultados questionáveis, e a observação sistemática pela observação experiencial ou participante.

Beuren et al (2006, p.79) destaca que as pesquisas na área contábil podem ser agrupadas em três categorias: pesquisa quanto aos objetivos, que contempla a pesquisa exploratória, descritiva e explicativa; pesquisa quanto aos procedimentos, que aborda o estudo de caso, o levantamento, a pesquisa bibliográfica, documental, participante e experimental; e a pesquisa quanto à abordagem do problema, que compreende a pesquisa qualitativa e quantitativa.

1.4.1 Pesquisa quanto aos objetivos

Quanto aos objetivos a pesquisa é considerada como exploratória, pois não dispensou esforços a fim de encontrar fontes capazes de esclarecer o assunto, haja vista ser o tema abordado um assunto recente, tendo muito a ser explorado, para Beuren et al (2006, p. 80), "a caracterização do estudo como pesquisa exploratória ocorre quando há pouco conhecimento sobre a temática a ser abordada."

A pesquisa é considerada ainda como descritiva, pois visa observar e descrever os fatos coletados, pois, conforme Beuren et al (2006, p. 81) este tipo de pesquisa "preocupa-se em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, e o pesquisador não interfere neles".

1.4.2 Pesquisa quanto aos procedimentos

A pesquisa é classificada como bibliográfica haja vista que a obtenção dos dados foi realizada por meio de fontes consideradas como *fontes secundárias*, como livros, revistas e artigos científicos. Para Silva (2008, pag. 54) “A pesquisa bibliográfica explica e discutem um tema ou problema com base em referências teóricas já publicadas em livros, revistas, periódicos, artigos científicos etc.”

A metodologia aplicada neste estudo foi uma pesquisa de campo que utilizou como instrumento de pesquisa um questionário contendo questões acerca dos impactos da implantação do SPED a partir da percepção dos contadores de Sousa/PB.

1.4.3 Pesquisa quanto a abordagem do problema

A pesquisa é considerada como quantitativa, pois se utilizou da coleta de dados para análise das informações adquiridas. Segundo Souza, Fialho e Otani, (2007, p. 39), “significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

1.4.5 Universo e Amostra

O local da pesquisa foi a cidade de Sousa, que possui um universo de 120 profissionais habilitados, inscritos no Conselho Regional de Contabilidade (CRC/PB), sendo que a pesquisa se limitou a uma amostra de 13 profissionais, membros da União dos Contabilista Sousemense (UNICONTS), associação coordenada pelo SEBRAE na cidade de Sousa/PB. A amostragem utilizada na pesquisa é a do tipo não probabilístico por acessibilidade.

1.4.6 Instrumento de Coleta de Dados

Para a coleta dos dados foi utilizado um questionário composto por 14 questões objetivas e discursivas, 13 de única escolha e 1 de múltipla escolha, direcionados aos profissionais de contabilidade de Sousa – PB, membros de UNICONTS. O questionário, o qual se encontra no apêndice, foi elaborado com questões que respondessem aos objetivos propostos pela pesquisa. Os questionários foram aplicados de 1 a 6 de novembro de 2010.

1.4.7 Análise dos Dados

Os dados para análise foram todos tabulados e organizados em planilhas do programa MS Excel 2007, que também serviu para criação dos gráficos da pesquisa. Em seguida, os dados foram todos transferidos para o programa MS Word 2007, a fim de serem apresentados neste trabalho.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A Contabilidade

A Contabilidade é uma ciência que está intimamente ligada à própria história das civilizações, em todas as épocas encontramos indícios de sua existência, mas somente a partir da expansão comercial das organizações foi que a profissão contábil ganhou espaço.

A contabilidade surgiu a partir da necessidade do homem em controlar suas riquezas e evoluiu à medida que a economia e as atividades empresariais se desenvolveram. De acordo com (MACIEL, 2009) até o século XVI o principal objetivo da Contabilidade era produzir informações para o proprietário da empresa, que geralmente tinha um único dono. Não existiam padrões uniformes para a Demonstração das Contas que eram mantidas em sigilo pelo proprietário, não sendo comum haver uma distinção entre suas contas e as da empresa.

Atualmente, segundo (Franco, 1997, pag. 21) a contabilidade é conceitua como:

É a ciência que estuda os fenômenos ocorridos no patrimônio das entidades mediante o registro, a classificação a demonstração expositiva, a análise e a interpretação desses fatos. Com o fim de oferecer informações e orientações necessárias tomada de decisões sobre a composição do patrimônio, suas variações e o resultado econômico decorrente da questão da riqueza patrimonial.

Desse modo, a contabilidade se preocupa com os fenômenos que influenciam o patrimônio das empresas, gerando informações que sirvam para a tomada de decisão.

Segundo a NBC T1 (2006) a Contabilidade na sua condição de ciência social, cujo objetivo é o patrimônio, busca por meio de apreensão, de quantificação, de classificação, do registro, da eventual sumarização, da demonstração, da análise e relato das mutações sofridas pelo patrimônio observando a geração das informações quantitativas e qualitativas, expressa seja em termos físicos e monetários.

2.2 Profissão Contábil

A profissão é qualquer ocupação, remunerada ou não, que se utiliza do meio trabalho para atender determinados fins, prestando relevante papel social, cujo profissional é aquele que teve educação e possui habilidades para exercê-lo. Segundo Nalini (2008, p. 288) “Conceitua-se profissão como uma atividade pessoal, desenvolvida de maneira estável e honrada, ao serviço dos outros e a benefício próprio, de conformidade com a própria vocação e em atenção à dignidade da pessoa humana”

A Profissão contábil é uma atividade pessoal remunerada de grande responsabilidade, haja vista que qualquer empresa necessita dos serviços dela advindos, enquanto que profissional contábil figura como pessoa idônea, de boa conduta moral e de grande respaldo na sociedade. O papel do contador é de fundamental importância para o crescimento econômico e financeiro das organizações.

O Decreto-Lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946 regulamenta a profissão contábil, cria o Conselho Federal de Contabilidade e define as atribuições do Profissional Contábil, o qual é composto por duas categorias: Contador e Técnico de Contabilidade.

Para exercer a função, o profissional contábil deverá atender aos requisitos Lei 12.249, de 11 de junho de 2010, que alterou o Decreto-Lei n.º 9.295 que dispõe em seu artigo 12º:

Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeito

Dessa forma, com a nova redação dada pela Lei 12.249/2010 somente poderão ter o seu registro e a sua carteira profissional os profissionais que possuírem curso superior em Bacharelado em Ciências Contábeis e que se submeterem a exame de suficiência.

Para exercer a atividade o profissional contábil precisa observar medidas como: conhecer os Princípios e as Normas Contábeis, obter conhecimento da carga tributária do país atuante, analisar a atividade executada pela empresa, observar as mudanças globais que interferem na atividade e desta forma gerar informações úteis de acordo com seus usuários. (LISBOA, 2007).

Examina-se que a profissão contábil é legalmente regulamentada e que dispõe de Princípios e Normas Contábeis, logo, o profissional, no exercício de sua função, deve atentar aos dispositivos nela previstos.

2.2.1 Atribuições do Profissional Contábil

Visando adequar as Resoluções existentes às necessidades de um mercado de trabalho cada vez mais dinâmico o Conselho Federal de Contabilidade lançou a Resolução CFC Nº 560/83 que dispõe sobre as prerrogativas profissionais de que trata o artigo 25 do Decreto-lei nº 9.295, de 27 de maio de 1946.

A Resolução CFC Nº 560/83 dispõe em seu parágrafo 2.º:

Art. 2.º O contabilista pode exercer as suas atividades na condição de profissional liberal ou autônomo, de empregado regido pela CLT, de servidor público, de militar, de sócio de qualquer tipo de sociedade, de diretor ou de conselheiro de quaisquer entidades, ou, em qualquer outra situação jurídica definida pela legislação, exercendo qualquer tipo de função. Essas funções poderão ser as de analista, assessor, assistente, auditor, interno e externo, conselheiro, consultor, controlador de arrecadação, *controller*, educador, escritor ou articulista técnico, escriturador contábil ou fiscal, executor subordinado, fiscal de tributos, legislador, organizador, perito, pesquisador, planejador, professor ou conferencista, redator, revisor.

(MACIEL, 2009) afirma que além da própria gestão contábil de empresas, entidades públicas e não-governamentais, o profissional pode se especializar em diversas áreas, expondo as principais como sendo:

- **Perícia Contábil:** é de competência exclusiva de Contador, devidamente registrado em CRC, a atividade de Perícia Contábil, tanto a judicial, como a extrajudicial e a arbitral. O profissional precisa demonstrar capacidade para pesquisar, examinar, analisar, sintetizar e fundamentar a prova no laudo pericial e no parecer pericial contábil. As normas que disciplinam a atividade do perito contábil são as Normas Técnicas da Perícia Contábil – NBC T 13 e as Normas Profissionais de Perito Contábil – NBC P 2. Cada vez mais as sentenças judiciais e arbitrais buscam estar pautadas em laudos técnicos de peritos contábeis, já que estes propiciam o rigor de investigação, a independência e a confiabilidade de cálculos e opiniões sobre controvérsias como apuração de haveres, lucros cessantes, impugnações fiscais e avaliação de Patrimônio Líquido.
- **Auditoria:** O profissional com formação acadêmica em Ciências Contábeis, devidamente inscrito no CRC, poderá auditar e emitir o parecer de diversas entidades, verificando a veracidade das informações contábeis, detectando erros ou fraudes. Existe o Auditor Independente, que é o profissional que não é empregado da empresa em que se está realizando o trabalho de Auditoria e existe o Auditor Interno, que é o profissional que é empregado (ou dependente econômico) da empresa em que faz o exame da Contabilidade, e existe também o Auditor Fiscal, que é um funcionário público, não necessariamente Contador e cujo objetivo é a fiscalização de tributos.
- **Fiscal:** a fiscalização de contribuintes ou de contas de entes públicos é uma atividade complexa e extremamente técnica, com certeza o contabilista é o profissional mais adequado para realizar este trabalho, já que possui um amplo leque

de conhecimentos específicos (como domínio simultâneo das normas contábeis, fiscais, trabalhistas, previdenciárias, societárias e administrativas).

- **Gestão de Empresas:** esta não é uma atividade restrita a administradores, já que os contabilistas são conhecedores profundos de finanças, custos e fluxo de caixa, e têm colocado suas capacidades à frente de grandes empreendimentos.
- **Gestão Pública:** esta área é muito carente de profissionais idôneos e tecnicamente à altura de um grande país como o Brasil, pode ser incrivelmente melhorada com a utilização das capacidades profissionais e criativas dos Contabilistas.
- **Atuarial:** parte da estatística ligada a problemas relacionados com a teoria e o cálculo de seguros. Na terminologia técnico-comercial, ATUÁRIO designa o Contabilista especializado na Contabilidade e na Técnica dos Seguros (previdenciários, patrimoniais e riscos complexos).
- **Consultoria:** há Contabilistas que adquirem experiências específicas em determinados ramos de atividades (como planejamento tributário), e podem oferecer aos 3 setores da sociedade (iniciativa privada, Governos e ONG's) um leque de soluções para as complexas questões sociais, orçamentárias e de mercado a que tais entidades se defrontam no dia a dia.
- **Ensino:** universidades e centros de atualização profissional necessitam de ótimos professores, com profundos conhecimentos contábeis, para formação de novos profissionais e aprimoramento de outros, em dezenas de disciplinas como, por exemplo, Contabilidade Rural, Contabilidade de Custos ou Orçamento Público.
- **Pesquisa:** um pesquisador contábil pode estabelecer-se como um escritor de tempo integral, e deixando um nobre legado de pesquisas e conhecimentos para muitas gerações;
- **Controller:** é um profissional ligado à alta administração da empresa, funcionando como um "filtro" que sintetiza, analisa e compila as informações, repassando-as no tempo certo para as pessoas certas da organização. Além de analisar e interpretar as informações contábeis, o Controller deve transformar essas informações em objetivos de eficiência e eficácia dentro das empresas, usando a administração para direcionar a empresa a alcançar tais objetivos e metas. O Controller pode atuar nas áreas de Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Controle Patrimonial, Orçamento e Auditoria Interna.

Nota-se que, os efeitos da globalização proporcionou uma maior diversificação do papel do profissional de contabilidade que pode atuar em várias frentes profissionais.

2.2.2 O Perfil do Novo Profissional Contábil

O papel a ser desempenhado pelos profissionais da área contábil, já não tem caráter apenas técnico. O perfil do novo Contador é de um indivíduo envolvido no processo e participante nas tomadas de decisões (MACIEL, 2009, pag. 24).

Ainda segundo (MACIEL, 2009, pag. 24), o mercado de trabalho vem passando por significativas alterações, pois na "Era do Conhecimento" a fase técnica vem perdendo espaço para a fase onde as habilidades intelectuais do profissional são fatores fundamentais. As exigências de uma sociedade mais competitiva e globalizada desencadearam uma pressão pela profissionalização e educação continuada, exigindo que o profissional contábil seja qualificado e com capacidade de aprender sempre, estando sempre atualizado para oferecer os melhores serviços.

Nesses termos, percebe-se que o profissional contábil deixou de ser um mero guarda-livros e passou a influenciar diretamente na gestão das empresas, auxiliando na tomada de decisão.

A formação do profissional de contabilidade atual deve ser diferente daquela exigida pela contabilidade formal, necessitando de bons conhecimentos matemáticos e estatísticos, pesquisa e técnicas de planejamento.

Preocupado com essa nova realidade o Conselho Federal de Contabilidade – CFC, com o objetivo de qualificar e atualizar os profissionais de contabilidade, está desenvolvendo alguns programas que segundo (BEZERRA, 2009) são:

- **Educação Continuada:** é assegurado aos auditores independentes aprimoramento das técnicas e conhecimentos atuais, baseado na devida resolução CFC nº. 1.146/08.
- **Exame de Qualificação Técnica:** é usado para qualificar contadores que desejam atuar como auditores independentes no mercado mobiliário, instituições financeiras.
- **Rede Contabilizando o Sucesso:** este programa ocorreu com a parceria do CFC e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - Sebrae Nacional, que busca atualizar o profissional contábil a uma visão empresarial de marketing, ferramentas de gestão com o desenvolvimento da sua empresa e do cliente. No Estado da Paraíba já participaram deste programa 1021 contabilistas.

- **Apoio a eventos nacionais:** O CFC apoia os Conselhos Regionais de Contabilidade - CRCs na realização de eventos com cursos, palestras, convenções que agreguem valor ao profissional

2.3 A Informação na Contabilidade

Segundo a NBC T1(2006) as informações geradas pela contabilidade devem propiciar aos usuários base segura às suas decisões, compreensão na qual se encontra a entidade, seu desempenho, sua evolução, riscos e oportunidades que oferece.

Ainda de acordo com a NBC T1(2006) a informação contábil pode ser expressa das seguintes formas por meio das Demonstrações Contábeis, escrituração ou registros permanentes e sistemáticos, documentos livros, planilhas, listagens, notas explicativas, mapas, pareceres, laudos, diagnósticos, prognósticos, descrições críticas ou quaisquer outros meios utilizados no exercício da profissão ou fora prevista na legislação.

Os usuários podem ser pessoas físicas ou jurídicas com interesses na entidade onde os mesmo utilizam essas informações contábeis para fins próprios, permanentes ou transitórios. Os mesmos podem ser elencados da seguinte forma desde os integrantes do mercado de capitais, investidores, presentes ou potenciais, fornecedores e demais credores, clientes, financiadores de qualquer natureza, autoridades governamentais de diversos níveis, meios de comunicação, entidades que atuam em nome dos outros como associações e sindicatos, empregados, controladores, acionistas ou sócios, administradores da própria Entidade, além do público em geral

2.4 Tecnologia de Informação

A Tecnologia de Informação, dentro da perspectiva de tecnologia, é uma área relativamente recente, que surgiu no Brasil na década de 70 passando a ganhar espaço na década de 80 através das Escolas de Administração do Brasil.

O termo Tecnologia de Informação serve para se referenciar ao conjunto de recursos tecnológicos capazes de fornecer informação. Durante essas duas décadas outras denominações, tais como Sistemas de Informação (SI), e Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) também foram utilizados para se referenciar a influencia dos recursos da informática na sociedade.

A utilização desses novos recursos começou a ganhar diferentes aspectos, sendo hoje fundamental no âmbito empresarial na gestão de negócios. Atualmente, a prática do uso das

novas tecnologias de informação está intimamente ligada à rotina das organizações e da vida das pessoas, sendo difícil imaginar o mundo real sem a presença delas.

Para (ALBERTIM et al, 2005), a tecnologia da Informação (TI) tem sido considerado como um dos componentes mais importantes do ambiente empresarial atual, sendo que as organizações brasileiras têm utilizado ampla e intensamente esta tecnologia tanto em nível estratégico como operacional.

De acordo com (APDA, 2009), o ambiente empresarial está mudando continuamente, tornando-se mais complexo, menos previsível e, cada vez mais, dependente de informação e de toda a infra-estrutura tecnológica que permite o gerenciamento de uma enorme quantidade de dados. A tecnologia está gerando grandes transformações, que estão ocorrendo a nossa volta de forma ágil e sutil. A convergência desta infra-estrutura tecnológica com as telecomunicações, que aniquilou as distâncias, está determinando um novo perfil de produtos, serviços e principalmente de profissionais.

2.5 Inteligência Artificial

De acordo com (LEITÃO pag. 20), Inteligência artificial é considerada uma subclasse da ciência da computação que introduz uma percepção da inteligência como um fenômeno informático, onde as interpretações cognitivas da mente humana podem ser modeladas em sistemas de computadores.

O aperfeiçoamento na elaboração de softwares capazes de cruzar dados e gerar informações relevantes para as empresas são uma preocupação constantes dos gestores que necessitam de informações ágeis e precisas para tomada de decisão.

Os softwares de Inteligência Artificial mais utilizados hoje nos negócios para suas aplicações de Contabilidade são os softwares de Sistemas Especialistas. Os Sistemas Especialistas são programas de software que utilizam fatos, conhecimento e técnicas de raciocínio para resolver problemas que tipicamente exigem habilidades especiais humanas. (MORAIS 2003, p. 4).

2.6 Inteligência Fiscal

Em 2009 foi instituído através do Protocolo ICMS n.º 66, de 03 de julho de 2009 o Sistema de Inteligência Fiscal (SIF):

Cláusula primeira. Fica instituído o Sistema de Inteligência Fiscal – SIF –, integrado pelas Unidades de Inteligência Fiscal – UnIF – dos Estados,

signatários do presente protocolo, e orientado pela Doutrina de Inteligência Fiscal – DIF – definida no Anexo Único deste protocolo.

§ 1º O SIF é o conjunto harmônico e integrado de UnIF, baseado na mútua colaboração, com vistas à cooperação técnica e ao intercâmbio de informações, no interesse das atividades de Inteligência Fiscal.

De acordo com o Protocolo ICMS n.º 66, a atividade de Inteligência Fiscal é definida como o exercício sistemático de ações especializadas, visando à obtenção, análise, difusão tempestiva e salvaguarda de dados e conhecimentos, com as seguintes Finalidades:

- a) assessorar as autoridades fazendárias, nos respectivos níveis e áreas de atribuição, no planejamento, na execução e no acompanhamento das ações da fiscalização, bem como no aperfeiçoamento da legislação tributária e das políticas internas de segurança;
- b) detectar e combater a fraude fiscal estruturada;
- c) subsidiar os órgãos responsáveis pela persecução penal no combate aos crimes contra a ordem tributária, de lavagem de dinheiro e de outros correlatos.

DUARTE (2009, pag. 31), afirma que o SPED é um projeto de inclusão da inteligência fiscal brasileira na Era do Conhecimento. Em outras palavras, as autoridades fiscais, em todos os níveis estão usando a tecnologia da informação para fornecimento de informações com velocidade e precisão, capacitando seus profissionais para analisarem tais informações em busca de indícios de fraude ou sonegação.

2.7 Sistema Tributário Brasileiro

O Sistema tributário brasileiro é o mais complexo do mundo. Temos hoje 62 tributos, entre imposto, taxas e contribuições. O Brasil é o país que mais possui normas tributárias. Existem mais de 3.200 normas que dificultam o acompanhamento de tais medidas legais por parte das indústrias e das pessoas. Desde a promulgação da Constituição Federal, em outubro de 1988, até o momento os Executivos federal, estadual e municipal editaram juntos milhares de normas (Müller, 2009, pag. 21).

De acordo com (Müller, 2009, pag. 21), toda essa complexidade dificulta o trabalho dos contribuintes, que, algumas vezes, não conhecem bem quais são os tributos devidos e como acontece a aplicação desses tributos, ou seja, qual é o seu fato gerador, qual a base de cálculo, qual alíquota incide sobre essa base, e dificulta também o trabalho de fiscalização do Governo.

2.8 A Escrituração Contábil e Fiscal

A escrituração é o registro dos fenômenos patrimoniais, obedecendo aos princípios e normas contábeis consagrados pela doutrina e pela técnica, feito em ordem cronológica, o que dá à Contabilidade característica de verdadeira história do patrimônio (MACIEL, 2009, pag. 28).

De acordo com (MACIEL, 2009, pag. 34) a Escrituração é uma técnica contábil que consiste em registrar nos livros próprios, como por exemplo, Livro Diário, Livro Razão, Livro Caixa, dentre outros, todos os acontecimentos que ocorrem na empresa e que provocam modificações no Patrimônio. Quanto mais completos e transparentes forem os registros da Contabilidade, mais eficientes serão as análises e posteriores tomadas de decisões.

2.9 Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)

2.9.1 Origem e Evolução

A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios possuem autonomia política, administrativa e financeira, cujas atribuições, competências e respectivas limitações estão dispostas na Constituição Federal. Desse modo, cada um desses entes, com a finalidade de fiscalizar a atividade dos contribuintes, pode estabelecer obrigações acessórias que achar mais conveniente, o que gera uma diversidade de rotinas de trabalho e muita burocracia, tornando o custo para o cumprimento de obrigações tributárias muito alto (CLETO; OLIVEIRA, 2010).

Em 2000, ainda no Governo Fernando Henrique Cardoso, foram dados os primeiros passos, através da edição da Lei 9.989/00 (Plano Plurianual) que enfatizava o Programa de modernização das Administrações Tributárias e Aduaneiras (YOUNG, 2009).

A integração e o compartilhamento de informações têm o objetivo de racionalizar e modernizar a administração tributária brasileira, reduzindo custos e entraves burocráticos, facilitando o cumprimento das obrigações tributárias e o pagamento de impostos e contribuições, além de fornecer o controle e a fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias (BRASIL, 2010).

Em 2003 a Emenda Constitucional n.º 42/2003 introduziu o inciso XXII ao art. 37 da Constituição Federal, determinando às administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios que atuem de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais (RFB, 2010).

Art.37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

XXII – as administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

Em 2004 foi realizado o I ENAT - Encontro Nacional de Administradores Tributários, onde reuniu as autoridades das administrações tributárias federais, estaduais, do Distrito Federal e dos municípios de capitais. De acordo com (OLIVEIRA, 2010), o encontro teve como objetivo buscar soluções conjuntas das três esferas de Governo que promovessem:

- maior integração administrativa, padronização e melhor qualidade das informações;
- racionalização de custos e da carga de trabalho operacional no atendimento;
- maior eficácia da fiscalização;
- maior possibilidade de realização de ações fiscais coordenadas e integradas;
- maior possibilidade de intercâmbio de informações fiscais entre as diversas esferas governamentais;
- cruzamento de dados em larga escala com dados padronizados e uniformização de procedimentos.

Nesse primeiro encontro do ENAT foram aprovados dois protocolos de cooperação técnica nas áreas de cadastramento (Projeto de Cadastro Sincronizado) e da Nota Fiscal Eletrônica (SEFAZ-SP, 2010).

No segundo semestre de 2005, ocorreu o II ENAT – Encontro Nacional de Administradores Tributários, que contou com a participação dos Secretários de Fazenda dos Estados e do Distrito Federal, o Secretário da Receita Federal e os representantes das Secretarias de Finanças dos municípios das Capitais onde no encontro assinaram o Protocolo ENAT 02/2005, objetivando o desenvolvimento do Sistema Público de Escrituração Digital, o SPED, que deveria atender aos interesses das Administrações Tributárias VIANNA (2009).

Alguns dos pressupostos estabelecidos através do Protocolo de Cooperação ENAT nº 2/2005 foram os seguintes:

- bases de dados compartilhadas entre as Administrações Tributárias;
- reciprocidade na aceitação da legislação de cada ente signatário, relativa aos livros contábeis e fiscais;

- validade jurídica dos livros contábeis e fiscais em meio digital, dispensando a emissão e guarda de documentos e livros em papel;
- eliminação da redundância de informações através da padronização e racionalização das obrigações acessórias.

No âmbito da Receita Federal, o SPED faz parte do Projeto de Modernização da Administração Tributária Aduaneira (PMATA) que consiste na implantação de novos processos apoiados por sistemas de informação integrados, tecnologia da informação e infra-estrutura logística adequados (RFB, 2010).

Segundo o site da Receita Federal, das medidas anunciadas pelo Governo Federal, em 22 de janeiro de 2007, para o Programa de Aceleração do Crescimento 2007-2010 (PAC) – programa de desenvolvimento que tem por objetivo promover a aceleração do crescimento econômico no país, o aumento de emprego e a melhoria das condições de vida da população brasileira – consta, no tópico referente ao Aperfeiçoamento do Sistema Tributário, a implantação do Sistema Público da Escrituração Digital (SPED) e da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) no prazo de dois anos.

Na mesma linha de ações constantes do PAC que se destinam a remover obstáculos administrativos e burocráticos ao crescimento econômico, pretende-se que o SPED possa proporcionar melhor ambiente de negócios para o País e a redução do “custo Brasil”, promovendo a modernização dos processos de integração entre a administração pública e as empresas em geral, ao contrário do pragmatismo pela busca de resultados, muito comum nos projetos que têm como finalidade apenas o incremento da arrecadação (RFB, 2010).

Depois disso, uma série de leis, portarias e convênios vêm sendo editados pelas administrações federais e estaduais, visando suportar as alterações para que o SPED passe a vigorar efetivamente.

2.9.2 Consolidação

O SPED foi então oficializado e instituído através do Decreto Lei 6.022/07, o qual faz parte do Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal (PAC 2007-2010) e constitui-se em um dos grandes avanços na informatização da relação entre fisco e contribuintes (AFBRAS, 2009).

A partir de então, iniciou-se uma série de preparativos para bom o funcionamento do SPED que mobilizou todos os organismos envolvidos. O Governo Federal fez a liberação do orçamento para que os Estados se modernizem e se preparem para a nova realidade,

chegando a cifra de cerca de 127 milhões de reais para o desenvolvimento do projeto, cujo embrião foi a implantação da nota fiscal eletrônica (PADUAN, 2008).

A Nota Fiscal Eletrônica (NFe), um dos subprojetos do SPED, foi a etapa inicial de implantação do projeto que serviu para avaliar o nível de preparação das empresas, além de fornecer uma dimensão do alcance que o Fisco teria sobre as operações das empresas. Espera-se que o SPED possa capturar informações como dos produtos vendidos, seus preços, seus compradores, e de praticamente todas as transações comerciais das empresas, que ficarão armazenadas num banco de dados que será utilizado pela Receita e pelas 27 secretarias estaduais da Fazenda.

Além da NFe, o SPED contará com duas outras grandes fontes de informação, a Escrituração Contábil Digital (ECD) e a Escrituração Fiscal Digital (EFD), subprojetos do SPED. As empresas terão de enviar pela internet seus dados contábeis (todos os pagamentos e recebimentos realizados, o que inclui vendas, compras e salários de funcionários, entre outros) e fiscais (todos os registros de notas fiscais que geraram débitos e créditos de tributos). Ambas as tarefas já são exigidas das empresas, mas só que em papel.

A primeira atitude concreta foi a aquisição de um supercomputador no valor de US\$ 100 milhões pela Receita, o qual foi instalado, em setembro de 2006, no SERPRO (empresa de processamento de dados do governo federal), em São Paulo. O supercomputador chega a pesar quase uma tonelada e foi batizado de T-Rex (tiranossauro rex), em alusão a um dos dinossauros mais ferozes e carnívoros. Aliado ao T-Rex surgiu o software "Harpia", um sistema de inteligência artificial desenvolvido em parceria com a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) e com o Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA) (FERNANDES, 2006).

Duarte (2009, pag. 29), afirma que o objetivo do sistema Harpia é verificar o perfil de cada um dos contribuintes ao longo dos anos, de maneira a acompanhar qualquer variação substancial nas suas transações, bem como permitir o cruzamento das informações obtidas com cartões de crédito, dados bancários, operações entre empresas, Imposto de Renda, operações imobiliárias e outros.

2.9.3 Definição

O Decreto n.º 6.022/2007 em seu art. 2º conceitua o SPED como sendo é instrumento que unifica as atividades de recepção, validação, armazenamento e autenticação de livros e

documentos que integram a escrituração comercial e fiscal dos empresários e das sociedades empresárias, mediante fluxo único, computadorizado, de informações.

Para a Receita Federal, o SPED consiste na modernização da sistemática atual do cumprimento das obrigações acessórias, transmitidas pelos contribuintes às administrações tributárias e aos órgãos fiscalizadores, utilizando-se da certificação digital para fins de assinatura dos documentos eletrônicos, garantindo assim a validade jurídica dos mesmos apenas na sua forma digital.

2.9.4 Composição

De acordo com a (Young, 2009, pag.15), o SPED é composto por três grandes subprojetos: Escrituração Contábil Digital (ECD), Escrituração Fiscal Digital (EFD) e a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) Ambiente Nacional, sendo que além desses, o SPED também é composto pela Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFS-e); pelo Conhecimento de Transporte Eletrônico (CT-e); pelo Controle Fiscal e Contábil de Transição (FCONT); pelo Livro de Apuração do Lucro Real Eletrônico (E-Lalur) e pela Central de Balanços Brasileira ainda em fase inicial de desenvolvimento, que irá procurar reunir demonstrativos contábeis e, uma série de informações econômico-financeiros públicas das empresas envolvidas no projeto.

2.9.5 A Metodologia

A nova sistemática introduzida pelo SPED se baseia no Governo eletrônico, adotado por vários países, entre eles, Espanha, Chile e México.

Com o SPED, todo o intercâmbio de informações serão realizados de maneira digital, e para que não incorra das informações ficarem vulneráveis a possíveis ataques virtuais, o Governo, em 2001, através da medida provisória n.º 2200-2/2001, instituiu a Infra-Estrutura de Chaves Públicas – ICP-Brasil que prevê a garantia da "autenticidade, integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras".



Figura 1 – Macroprocesso do SPED

Fonte: http://www.andima.com.br/andima/arqs/apresentacao-20070329_sped-1.pdf

Dessa forma, os livros e documentos abrangidos pelo SPED serão assinados digitalmente de acordo com as Normas da ICP-Brasil pelo contribuinte, por seu representante legal ou por quem a legislação indicar (VIANNA, 2009).

O ICP-Brasil consiste num conjunto de técnicas, práticas e procedimentos, a ser implementado pelas organizações governamentais e privadas brasileiras com o objetivo de garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Vianna (2009), afirma que a assinatura digital, além de obrigatória, se faz necessária para conferir validade jurídica as informações e documentos enviados ao SPED e ressalta ainda que essa nova sistemática não visa desobrigar o empresário e a sociedade empresária de manter sob sua guarda e responsabilidade os livros e documentos na forma e prazos previstos na legislação aplicável

2.9.6 Objetivos

Em termos gerais, de acordo com (OLIVEIRA, pag. 17), o SPED tem como objetivo:

- Promover a integração dos fiscos, mediante a padronização e compartilhamento das informações contábeis e fiscais, respeitadas as restrições legais.
- Racionalizar e uniformizar as obrigações acessórias para os contribuintes, com o estabelecimento de transmissão única de distintas obrigações acessórias de diferentes órgãos fiscalizadores.
- Tornar mais célere a identificação de ilícitos tributários, com a melhoria do controle dos processos, a rapidez no acesso às informações e a fiscalização mais efetiva das operações com o cruzamento de dados e auditoria eletrônica.

2.9.7 Benefícios

De acordo com o site da Receita Federal do Brasil, o projeto prevê os seguintes benefícios:

- Redução de custos com a dispensa de emissão e armazenamento de documentos em papel;
- Eliminação do papel;
- Redução de custos com a racionalização e simplificação das obrigações acessórias;
- Uniformização das informações que o contribuinte presta às diversas unidades federadas;
- Redução do envolvimento involuntário em práticas fraudulentas;
- Redução do tempo despendido com a presença de auditores fiscais nas instalações do contribuinte;
- Simplificação e agilização dos procedimentos sujeitos ao controle da administração tributária (comércio exterior, regimes especiais e trânsito entre unidades da federação);
- Fortalecimento do controle e da fiscalização por meio de intercâmbio de informações entre as administrações tributárias;
- Rapidez no acesso às informações;
- Aumento da produtividade do auditor através da eliminação dos passos para coleta dos arquivos;
- Possibilidade de troca de informações entre os próprios contribuintes a partir de um leiaute padrão;
- Redução de custos administrativos;
- Melhoria da qualidade da informação;
- Possibilidade de cruzamento entre os dados contábeis e os fiscais;
- Disponibilidade de cópias autênticas e válidas da escrituração para usos distintos e concomitantes;
- Redução do "Custo Brasil";

- Aperfeiçoamento do combate à sonegação;
- Preservação do meio ambiente pela redução do consumo de papel

2.9.8 Órgãos Fiscalizadores

O art. 4.º do Decreto 6.022 prevê que o acesso às informações armazenadas no SPED deverá ser compartilhado com seus usuários, no limite de suas respectivas competências e sem prejuízo da observância da legislação referente aos sigilos comercial, fiscal e bancário.

Para Young, (2009, p. 20) o sigilo necessário fica garantido já que os usuários não terão acesso irrestrito às informações transmitidas, que serão disponibilizadas no limite da competência de cada órgão. O acesso também será possível aos empresários e às sociedades empresárias em relação às informações por ele transmitidas ao Sistema. O empresário ou a sociedade empresária tem como saber quais os órgãos que estão acessando as suas informações, já que o projeto prevê que o *login* de cada acesso efetuado fique registrado para conhecimento das partes interessadas.

São membros do SPED, de acordo com o site da Receita Federal do Brasil:

- Associação Brasileira das Secretarias de Finanças das Capitais - ABRASF
- Banco Central do Brasil - BACEN
- Comissão de Valores Mobiliários - CVM
- Departamento Nacional de Registro de Comércio - DNRC
- Encontro Nacional dos Coordenadores e Administradores Tributários Estaduais - ENCAT
- Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB
- Secretarias de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal
- Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA
- Superintendência de Seguros Privados - SUSEP

2.9.9 Entidades envolvidas

Segundo (OLIVEIRA, pag. 15), é considerado um avanço o fato de o Governo ter aberto a possibilidade de participação de entidades, órgãos e empresas na preparação desse projeto, pois modifica a relação fisco x contribuinte, no sentido da participação e discussão conjunta dos rumos da fiscalização. Essa construção coletiva teve a participação de:

- Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

- Associação Brasileira das Companhias Abertas - ABRASCA
- Associação Brasileira das Empresas de Cartões de Crédito e Serviço - ABECS
- Associação Brasileira de Bancos - ABBC
- Associação Nacional das Instituições do Mercado Financeiro - ANDIMA
- Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores - ANFAVEA
- Conselho Federal de Contabilidade - CFC
- Federação Brasileira de Bancos - FEBRABAN
- Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas - FENACON
- Federação Nacional das Empresas de Serviços Técnicos de Informática e Similares - FENAINFO
- Junta Comercial do Estado de Minas Gerais - JUCEMG

2.9.10 Empresas Piloto

O Governo firmou protocolos de cooperação com 27 empresas do setor privado, participantes do projeto-piloto. Os trabalhos realizados conjuntamente, fisco-empresas, possibilita um melhor planejamento e identificação de soluções antecipadas no cumprimento das obrigações acessórias, em face às exigências a serem requeridas pelas administrações tributárias. Faz com que a efetiva participação dos contribuintes na definição dos meios de atendimento às obrigações tributárias acessórias exigidas pela legislação tributária contribua para aprimorar esses mecanismos e confira a esses instrumentos maior grau de legitimidade social. Estabelece um novo tipo de relacionamento, baseado na transparência mútua, com reflexos positivos para toda a sociedade (MELO, 2008).

- Ambev
- Banco do Brasil S.A.
- Brasilveiculos Companhia de Seguros
- Caixa Econômica Federal
- Cervejarias Kaiser Brasil S.A. - FEMSA
- Cia. Ultragaz S.A.
- Disal - Administradora de Consórcios Ltda - Grupo Assobrav
- Eurofarma Laboratórios Ltda.
- FIAT Automóveis S.A.
- Ford Motor Company Brasil Ltda.
- General Motors do Brasil Ltda.
- Gerdau Aços Longos S.A.
- Petróleo Brasileiro S.A.

- Pirelli Pneus S.A.
- Redecard S.A.
- Robert Bosch
- Sadia S.A.
- Serpro – Serviço Federal de Processamento de Dados
- Siemens Vdo Automotive Ltda.
- Souza Cruz S.A.
- Telefônica - Telecomunicações de São Paulo S.A.
- Tokio Marine Seguradora
- Toyota do Brasil Ltda.
- Usiminas – Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A.
- VarigLog - Varig Logística S.A.
- Volkswagen do Brasil Ltda.
- Wickbold & Nosso Pão Indústrias Alimentícias Ltda

2.10 Nota Fiscal Eletrônica (NFe)

2.10.1 Conceito

Segundo (Azevedo, 2009, pag. 83), a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) é um documento de existência exclusivamente digital, emitido e armazenado eletronicamente, com intuito de documentar uma operação de circulação de mercadoria ou prestação de serviço, ocorrida entre as partes, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e recepção, pelo fisco, antes da ocorrência do fato gerador.

Nota-se que com a NFe não será mais obrigado a utilização de papel especial para a emissão de notas fiscais, pois toda a documentação fiscal passará a residir nos sistemas de informação.

2.10.2 Objetivos do Projeto

O objetivo principal do projeto Nota Fiscal Eletrônica é a implantação de um modelo nacional de documento fiscal eletrônico, que substitua a sistemática atual do documento fiscal em papel, com validade jurídica para todos os fins, simplificando as obrigações acessórias dos contribuintes, ao mesmo tempo que permite um controle em tempo real das operações comerciais pelo Fisco (Müller, 2009, pag. 27).

O documento digital passará a ter validade jurídica e as operações comerciais serão simplificadas pela agilidade que os sistemas de informações proporcionam.

2.10.3 Características da Nota Fiscal Eletrônica

De acordo com o site da Receita a Nota Fiscal Eletrônica proposta possuirá as seguintes características:

- Documento digital, que atende aos padrões definidos na MP 2.200/01, no formato XML (Extended Markup Language);
- Garantia de autoria, integridade e irrefutabilidade, certificadas através de assinatura digital do emitente, definido pela Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileiras (ICP Brasil);
- O arquivo da NF-e deverá seguir o leiaute de campos definido em legislação específica;
- A NF-e deverá conter um “código numérico”, obtido por meio de algoritmo fornecido pela administração tributária, que comporá a “chave de acesso” de identificação da NF-e, juntamente com o CNPJ do emitente e número da NF-e;
- A NF-e, para poder ser válida, deverá ser enviada eletronicamente e autorizada pelo fisco, da circunscrição do contribuinte emissor, antes de seu envio ao destinatário e antes da saída da mercadoria do estabelecimento;
- A transmissão da NF-e será efetivada, via *Internet*, por meio de protocolo de segurança ou criptografia;
- A NF-e transmitida para a SEFAZ não pode mais ser alterada, permitindo-se apenas, dentro de certas condições, seu cancelamento;
- As NF-e deverão ser emitidas em ordem consecutiva crescente e sem intervalos a partir do 1º número seqüencial, sendo vedado a duplicidade ou re-aproveitamento dos números inutilizados ou cancelados;
- A critério das administrações tributárias, a NF-e poderá ter o seu recebimento confirmado pelo destinatário.

2.10.4 O Modelo Operacional

De maneira simplificada, a empresa emissora de NF-e gerará um arquivo eletrônico contendo as informações fiscais da operação comercial, o qual deverá ser assinado digitalmente, de maneira a garantir a integridade dos dados e a autoria do emissor. Este arquivo eletrônico, que corresponderá à NF-e, será então transmitido pela Internet para a Secretaria da Fazenda de jurisdição do contribuinte que fará uma pré-validação do arquivo e devolverá um protocolo de recebimento (Autorização de Uso), sem o qual não poderá haver o trânsito da mercadoria (RFB, Projeto Conceitual, 2010).

A NF-e também será transmitida para a Receita Federal, que será repositório nacional de todas as NF-e emitidas (Ambiente Nacional) e, no caso de operação interestadual, para a Secretaria de Fazenda de destino da operação e Suframa, no caso de mercadorias destinadas às áreas incentivadas (RFB, Projeto Conceitual, 2010).

As Secretarias de Fazenda e a RFB (Ambiente Nacional), disponibilizarão consulta, através Internet, para o destinatário e outros legítimos interessados, que detenham a chave de acesso do documento eletrônico.

Para acompanhar o trânsito da mercadoria será impressa uma representação gráfica simplificada da Nota Fiscal Eletrônica, intitulado Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica (DANFE), em papel comum, em única via, que conterá impressa, em destaque, a chave de acesso para consulta da NF-e na Internet e um código de barras bi-dimensional que facilitará a captura e a confirmação de informações da NF-e pelas unidades fiscais (RFB, Projeto Conceitual, 2010).

O DANFE não é uma nota fiscal, nem substitui uma nota fiscal, servindo apenas como instrumento auxiliar para consulta da NF-e, pois contém a chave de acesso da NF-e, que permite ao detentor desse documento confirmar a efetiva existência da NF-e através do Ambiente Nacional (RFB) ou site da SEFAZ na Internet (RFB, Projeto Conceitual, 2010).

O contribuinte destinatário, não emissor de NF-e, poderá escriturar os dados contidos no DANFE para a escrituração da NF-e, sendo que sua validade ficará vinculada à efetiva existência da NF-e nos arquivos das administrações tributárias envolvidas no processo, comprovada através da emissão da Autorização de Uso (RFB, Projeto Conceitual, 2010).

O contribuinte emitente da NF-e, realizará a escrituração a partir das NF-e emitidas e recebidas.

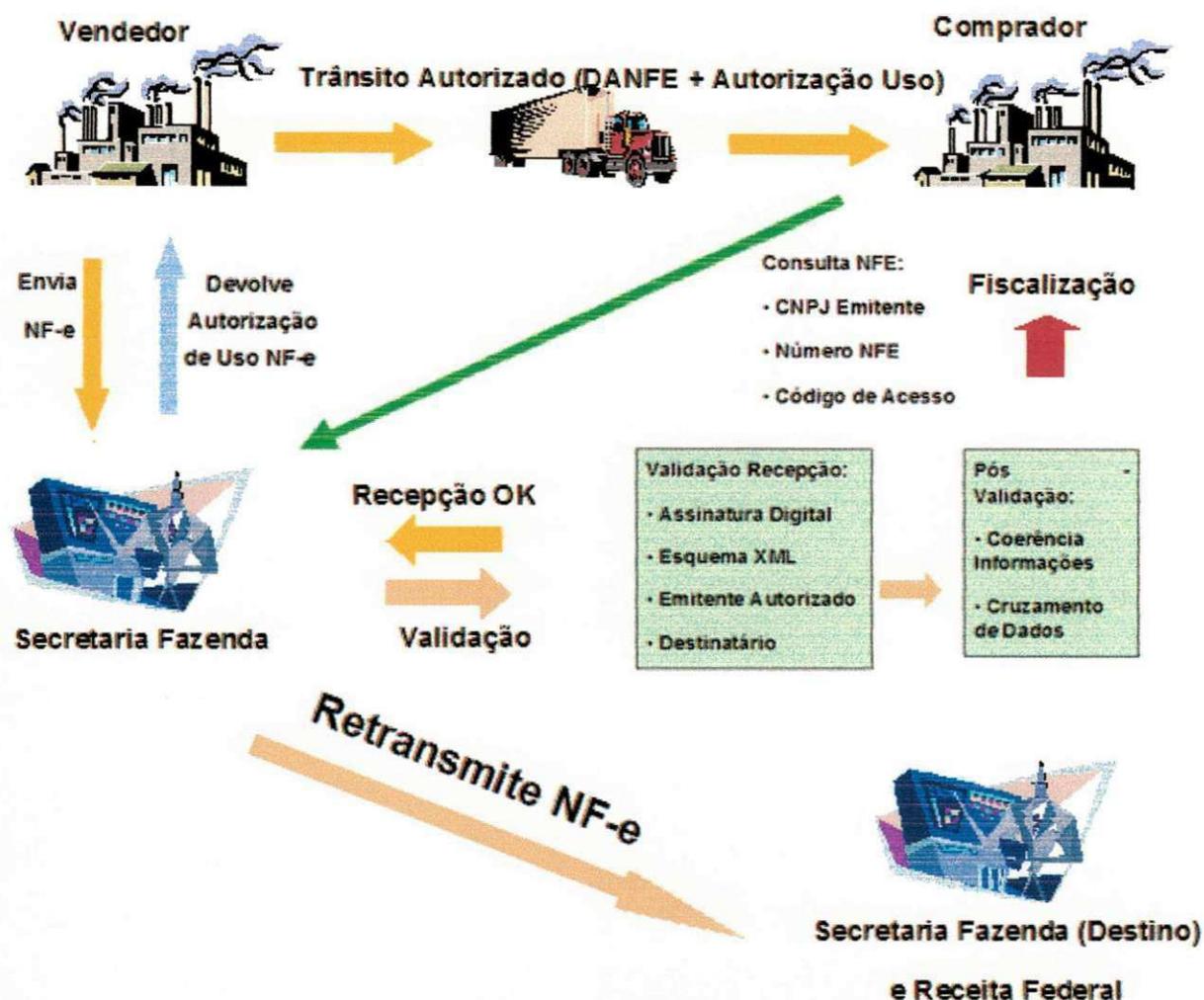


Figura 2 – Modelo Operacional da Nota Fiscal Eletrônica

Fonte:

http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Projeto_Conceitual_Sistema_NFe_Versao_22_07_06.doc

2.10.5 Benefícios Esperados

De acordo com Receita Federal do Brasil, o projeto NFe possibilitará os seguintes benefícios e vantagens às partes envolvidas na atividade comercial (comprador e vendedor), ao Fisco e também para a sociedade como um todo.

➤ Benefícios para o Contribuinte Vendedor (Emissor da NF-e)

- Redução de custos de impressão;
- Redução de custos de aquisição de papel;
- Redução de custos de envio do documento fiscal;
- Redução de custos de armazenagem de documentos fiscais;
- Simplificação de obrigações acessórias, como dispensa de AIDF;

- Redução de tempo de parada de caminhões em Postos Fiscais de Fronteira;
 - Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com clientes (B2B).
- **Benefícios para o Contribuinte Comprador (Receptor da NF-e)**
- Eliminação de digitação de notas fiscais na recepção de mercadorias;
 - Planejamento de logística de entrega pela recepção antecipada da informação da NF-e;
 - Redução de erros de escrituração devido a erros de digitação de notas fiscais;
 - Incentivo a uso de relacionamentos eletrônicos com fornecedores (B2B).
- **Benefícios para a Sociedade**
- Redução do consumo de papel, com impacto positivo para o meio ambiente;
 - Incentivo ao comércio eletrônico e ao uso de novas tecnologias;
 - Padronização dos relacionamentos eletrônicos entre empresas;
 - Surgimento de oportunidades de negócios e empregos na prestação de serviços ligados a Nota Fiscal Eletrônica.
- **Benefícios para as Administrações Tributárias**
- Aumento na confiabilidade da Nota Fiscal;
 - Melhoria no processo de controle fiscal, possibilitando um melhor intercâmbio e compartilhamento de informações entre os fiscos;
 - Redução de custos no processo de controle das notas fiscais capturadas pela fiscalização de mercadorias em trânsito;
 - Diminuição da sonegação e aumento da arrecadação;
 - Suporte aos projetos de escrituração eletrônica contábil e fiscal da Secretaria da Receita Federal e demais Secretarias de Fazendas Estaduais.

2.11 SPED Fiscal (EFD)

2.11.1 Conceito

A Escrituração Fiscal Digital (EFD) é parte integrante do projeto SPED e foi instituído através do Convênio ICMS nº 143, de 15 de dezembro de 2006 que dispõe em sua cláusula primeira "Fica instituída a Escrituração Fiscal Digital - EFD, em arquivo digital, que se constitui em um conjunto de escrituração de documentos fiscais e de outras informações de interesse dos fiscos das unidades federadas e da Secretaria da Receita Federal bem como

no registro de apuração de impostos referentes às operações e prestações praticadas pelo contribuinte.”

2.11.2 Disposições Gerais

A Escrituração Fiscal Digital é de uso obrigatório para os contribuintes do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação - ICMS ou do Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI. (Convênio ICMS nº 143/2006).

O Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008, e suas atualizações, definiram os documentos fiscais, as especificações técnicas do leiaute do arquivo digital da EFD, que contém informações fiscais e contábeis, bem como quaisquer outras informações que venham a repercutir na apuração, pagamento ou cobrança de tributos de competência dos entes conveniados.

2.11.3 Apresentação do arquivo ECF

O arquivo digital deve ser submetido a um programa validador, fornecido pelo SPED – Sistema Público de Escrituração Digital - por meio de *download*, o qual verifica a consistência das informações prestadas no arquivo. Após essas verificações, o arquivo digital é assinado por meio de certificado digital, tipo A1 ou A3, emitido por autoridade certificadora credenciada pela infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e transmitido (RFB, Guia Prático EFD, 2010).

As regras de negócio ou de validação, ora implementadas, podem ser alteradas a qualquer tempo, visto que têm por finalidade única e exclusivamente verificar as consistências das informações prestadas pelos contribuintes. Ainda que determinados registros e/ou campos não contenham regras específicas de validação de conteúdo ou de obrigatoriedade, esta ausência não dispensa, em nenhuma hipótese, a não apresentação de dados existentes nos documentos e/ou de informação solicitada pelos fiscos. Caso exista qualquer informação, o contribuinte está obrigado a prestá-la. A omissão de informações poderá acarretar penalidades e a obrigatoriedade de reapresentação do arquivo integral, de acordo com as regras estabelecidas pela Administração Tributária Estadual (RFB, Guia Prático EFD, 2010).

2.11.4 Livros abrangidos

A cláusula 7ª do Convênio ICMS nº 143/2006 dispõe que a EFD substitui a escrituração e impressão dos seguintes livros:

- Registro de Entradas;
- Registro de Saídas;
- Registro de Inventário;
- Registro de Apuração do IPI;
- Registro de Apuração do ICMS.

Estabelece ainda o referido Convênio que o contribuinte deve manter todos os documentos fiscais que deram origem à escrituração, na forma e prazos estabelecidos para a guarda de documentos fiscais na legislação tributária, observados os requisitos de autenticidade e segurança nela previstos (RFB, Guia Prático EFD, 2010)

Vianna (2009), afirma que a substituição desses livros pela EFD não significa que os mesmos serão escriturados de forma digital. A EFD consiste em um conjunto de informações e contemplará o que atualmente consta dos livros fiscais, ou seja, estes livros serão suprimidos pela Escrituração Fiscal Digital.

2.11.5 Periodicidade das informações

Os arquivos da EFD têm periodicidade mensal e devem apresentar informações relativas a um mês civil ou fração, ainda que as apurações dos impostos (ICMS e IPI) sejam efetuadas em períodos inferiores a um mês, segundo a legislação de cada imposto (RFB, Guia Prático EFD, 2010).

Portanto a data inicial constante do registro 0000 deve ser sempre o primeiro dia do mês ou outro, se for início das atividades, ou de qualquer outro evento que altere a forma e período de escrituração fiscal do estabelecimento. A data final constante do mesmo registro deve ser o último dia do mesmo mês informado na data inicial ou a data de encerramento das atividades ou de qualquer outro fato determinante para paralisação das atividades daquele estabelecimento.

2.11.6 Assinatura com certificado digital

Poderão assinar a EFD, com certificados digitais do tipo A1 ou A3:

- o e-PJ ou e-CNPJ que contenha a mesma base do CNPJ (8 primeiros caracteres) do estabelecimento;
- o e-PF ou e-CPF do representante legal da empresa no cadastro CNPJ;
- a pessoa jurídica ou a pessoa física com procuração eletrônica cadastrada no site da RFB, por estabelecimento.

2.11.7 A Guarda das informações

O arquivo digital da EFD será gerado pelo contribuinte de acordo com as especificações do leiaute definido em Ato COTEPE e conterá a totalidade das informações econômico-fiscais e contábeis correspondentes ao período compreendido entre o primeiro e o último dia do mês civil, inclusive.

Considera-se totalidade das informações:

- as relativas às entradas e saídas de mercadorias bem como aos serviços prestados e tomados, incluindo a descrição dos itens de mercadorias, produtos e serviços.
- as relativas à quantidade, descrição e valores de mercadorias, matérias-primas, produtos intermediários, materiais de embalagem, produtos manufaturados e produtos em fabricação, em posse ou pertencentes ao estabelecimento do contribuinte declarante, ou fora do estabelecimento e em poder de terceiros e de terceiros de posse do informante;
- qualquer informação que repercuta no inventário físico e contábil, na apuração, no pagamento ou na cobrança de tributos de competência dos entes conveniados ou outras de interesse das administrações tributárias.

2.11.8 Dos blocos e registros da EFD

BLOCOS: Entre o registro inicial (registro 0000) e o registro final (9999), o arquivo digital é constituído de blocos, cada qual com um registro de abertura, com registros de dados e com um registro de encerramento, referindo-se cada um deles a um agrupamento de documentos e de outras informações econômico-fiscais. A apresentação de todos os blocos, na sequência, conforme Tabela Blocos abaixo (item 2.5.1 do Ato COTEPE/ICMS nº 09, de 18 de abril de 2008), é obrigatória, sendo que o registro de abertura do bloco indicará se haverá ou não informação.

Blocos de registros:

0 - Abertura, Identificação e Referências

C - Documentos Fiscais I – Mercadorias (ICMS/IPI)

D - Documentos Fiscais II – Serviços (ICMS)

E - Apuração do ICMS e do IPI

G* - Controle do Crédito de ICMS do Ativo Permanente – CIAP – modelos “C” e “D”

H - Inventário Físico

1 - Outras Informações

9 - Controle e Encerramento do Arquivo Digital

*Bloco G incluído para vigorar a partir do período de apuração de **janeiro de 2011**.

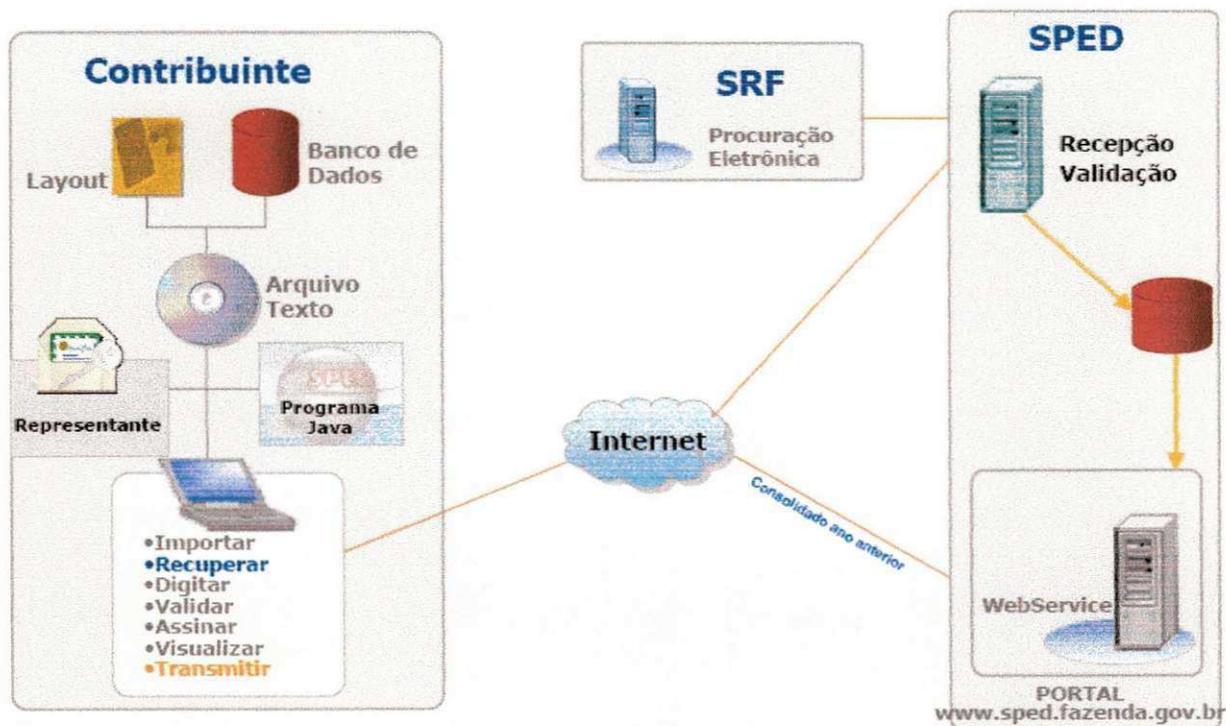


Figura 3 - Modelo Operacional da Escrituração Fiscal Digital

Fonte: http://www.andima.com.br/andima/arqs/apresentacao-20070329_sped-1.pdf

2.12 SPED Contábil (ECD)

É a substituição da escrituração em papel pela Escrituração Contábil Digital (ECD), também chamada de SPED-Contábil. Trata-se da obrigação de transmitir em versão digital os seguintes livros: I - livro Diário e seus auxiliares, se houver; II - livro Razão e seus auxiliares, se houver; III - livro Balancetes Diários, Balanços e fichas de lançamento comprobatórias dos assentamentos neles transcritos.

Segundo a Instrução Normativa RFB nº 787 de 19 de novembro de 2007, estão obrigadas a adotar a ECD em relação aos fatos contábeis ocorridos a partir de 1º de janeiro de 2008, as sociedades empresárias sujeitas a acompanhamento econômico-tributário diferenciado, nos termos da Portaria RFB nº 11.211, de 7 de novembro de 2007 e sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real; em relação aos fatos contábeis desde 1º de janeiro de 2009, as demais sociedades empresárias sujeitas à tributação do Imposto de Renda com base no Lucro Real. (RFB, Instrução Normativa nº 926).

As sociedades simples e as microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional estão dispensadas desta obrigação

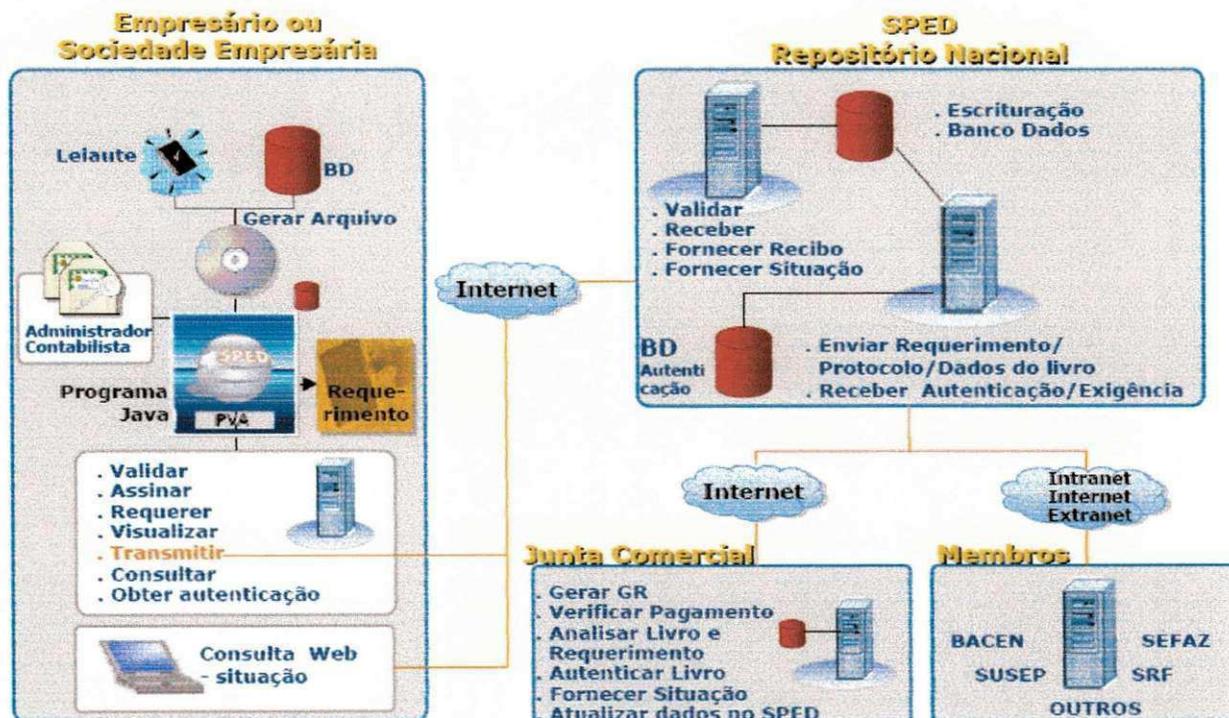


Figura 4 - Modelo Operacional da Escrituração Contábil Digital

Fonte: http://www.andima.com.br/andima/arqs/apresentacao-20070329_sped-1.pdf

3 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Este tópico evidencia, de acordo com a metodologia aplicada, os resultados obtidos a partir da aplicação de um questionário direcionado aos profissionais de contabilidade de Sousa – PB, integrantes da associação: União dos Contadores Souse (UNICONTS), tendo por objetivo descrever os impactos da implantação do SPED segundo a percepção dos referidos profissionais.

Foram formuladas questões que analisaram o perfil do profissional contábil, o seu grau de conhecimento sobre o SPED, as mudanças acarretadas para a profissão a partir da implantação do SPED e as vantagens ou desvantagens que o projeto proporcionou.

Esses aspectos foram expostos e evidenciados através de gráficos e tabelas com o intuito de serem avaliados quanto ao seu grau de importância para a profissão contábil de uma forma geral.

Os questionários foram respondidos pelos treze membros associados da União dos Contadores Souse (UNICONTS), portanto a pesquisa contempla todo o sua amostra.

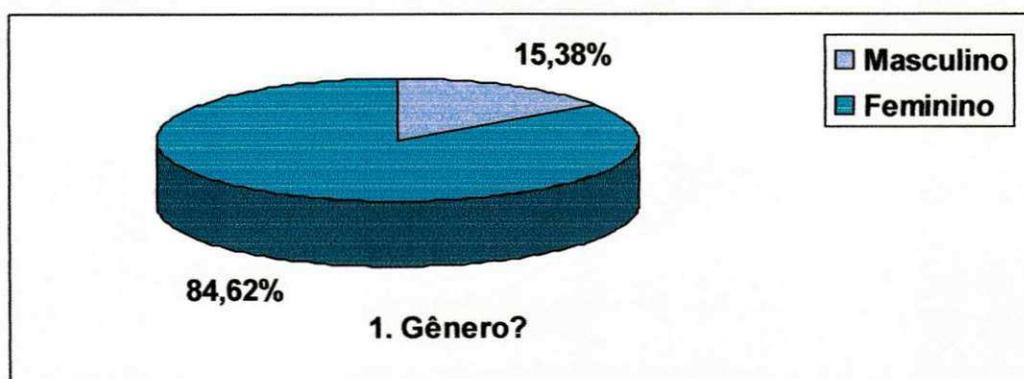


Gráfico 1 – Gênero dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 1 demonstra o resultado obtido à primeira indagação relacionada ao gênero dos participantes. Analisando o gráfico, observa-se uma maior representatividade de participantes do sexo feminino, haja vista que 84,62% dos participantes responderam ser do sexo feminino, enquanto que apenas 15,38% responderam pertencer ao sexo masculino. Verifica-se uma maioria quase que absoluta de respondentes mulheres, o que destaca a grande participação da mulher na profissão contábil e sua influência para o resultado dos dados.

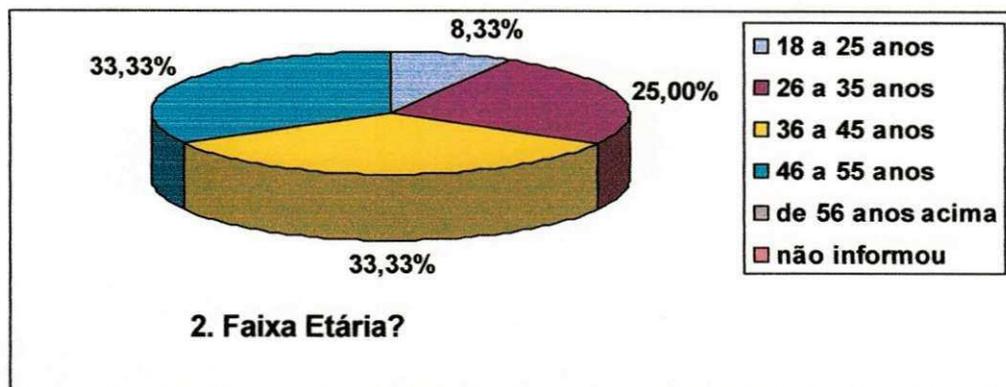


Gráfico 2 – Faixa Etária dos participantes da pesquisa.
 Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 2 expõe os dados obtidos a pergunta relacionada a faixa etária dos participantes. Observa-se, através do gráfico, que 8,33% dos participantes responderam possuir entre 18 e 25 anos, 25% entre 26 a 35 anos, 33,33% entre 36 a 45 anos e 33,33% dos participantes disseram possuir entre 46 a 55 anos de idade. Percebe-se através do gráfico que a pesquisa contou com a participação de pessoas de várias faixa etária, desde os mais jovens até os mais maduros, sendo de grande valia para os objetivos propostos pela pesquisa.

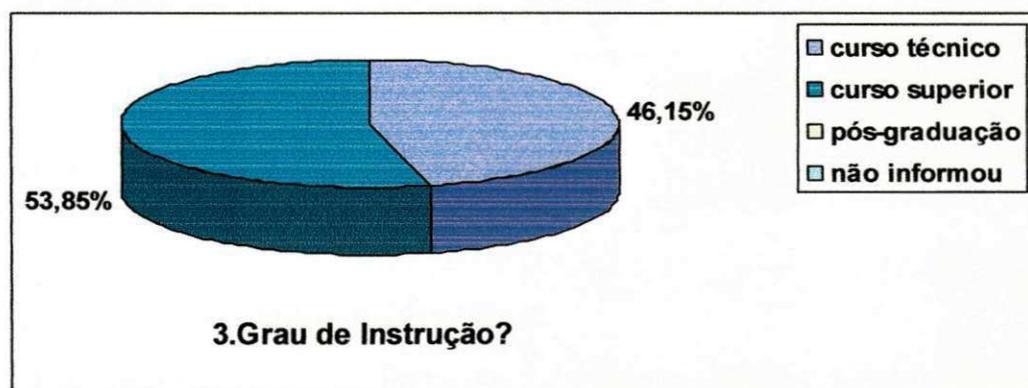


Gráfico 3 – Grau de Instrução dos participantes da pesquisa.
 Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 3 evidencia o resultado da pergunta sobre o grau de instrução dos participantes. O resultado obtido aponta que 53,85% dos participantes possuem curso superior e 46,15% possuem curso técnico, não havendo resposta para os demais. Observa-se através do gráfico que os respondentes são apenas técnicos em contabilidade e graduados em bacharel de ciências contábeis, requisitos básicos para a profissão, não dispondo de outras qualificações. O Grau de instrução é um requisito fundamental no aspecto do perfil do profissional contábil vez que as mudanças para a Era do Conhecimento exigem do profissional certa qualificação e somente as pessoas capacitadas conseguirão acompanhar

tais mudanças. Percebe-se, no entanto, que as pessoas questionadas são profissionais envolvidos diretamente no serviço contábil.



Gráfico 4 – Tempo de atuação dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 4 apresenta o resultado obtido a questão relacionada ao tempo de atuação do participante na profissão. Observando o gráfico, verifica-se que 23,08% responderam possuir até cinco anos de atividade na profissão, 7,69% entre 6 a 10 anos, 23,08% entre 11 a 15 anos, 23,08% entre 16 a 20 anos, 7,69% entre 21 a 25 anos e 15,38% acima de 25 anos de atividade na profissão. Analisando os dados obtidos, percebe-se que os questionários aplicados foram respondidos por profissionais desde os iniciantes até os mais experientes, sendo o objeto de estudo avaliado por pessoas de variado grau de maturidade na profissão.

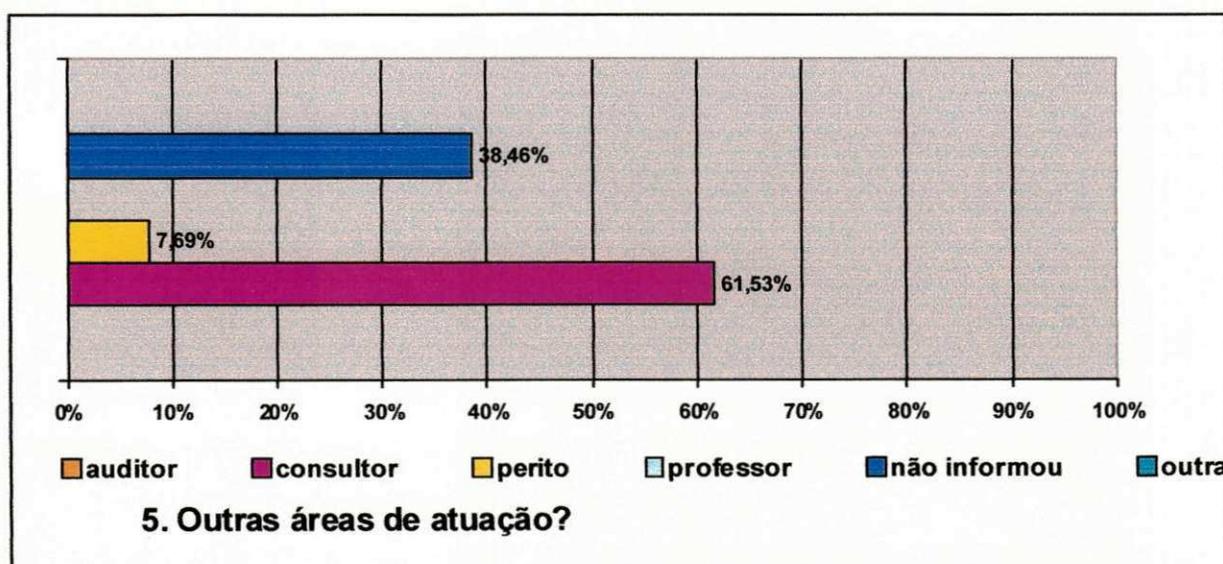


Gráfico 5 – Outras áreas de atuação dos participantes da pesquisa.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 5 demonstra os dados obtidos a partir da indagação que busca saber quais outras áreas de atuação dos participantes. Dos participantes envolvidos na pesquisa 61,53% responderam também desempenhar a atividade de consultor, 7,69% disseram ser perito e 38,46% dos participantes não informaram. Analisando o gráfico, percebe-se que a grande maioria dos envolvidos na pesquisa exerce também a atividade de consultor, baixo índice de participantes exerce também a atividade de perito e ninguém exerce a atividade de professor ou auditor. Os dados obtidos reforçam o que foi dito, inferindo que os profissionais da pesquisa estão envolvidos diretamente com a profissão, sendo, às vezes, os principais executores dos serviços operacionais.

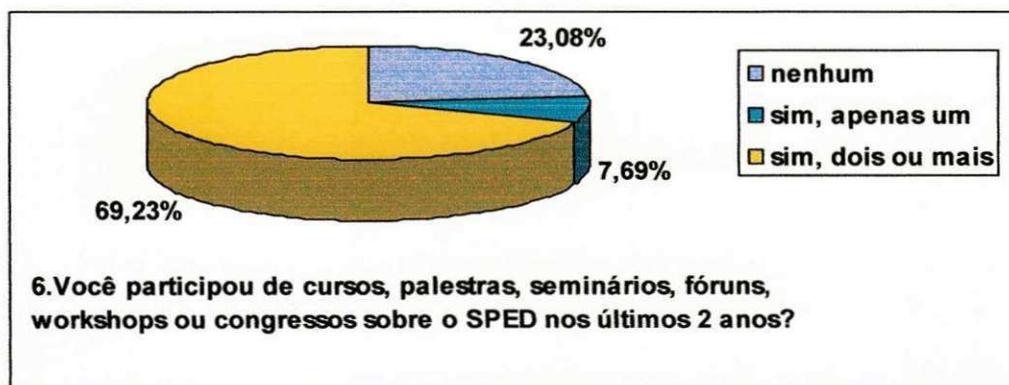


Gráfico 6 – Atualização dos profissionais de contábeis.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 6 apresenta o resultado do número de participações em cursos, palestras, seminários e outros eventos relacionados ao SPED nos últimos dois anos. Percebe-se, através do gráfico, que 23,08% dos participantes ainda não conhecem o projeto SPED, 7,69% já participaram de um evento e 69,23% dos envolvidos já participaram de dois ou mais eventos sobre o SPED. Analisando o gráfico, verifica-se que o projeto ainda é desconhecido para alguns profissionais. O SPED requer atenção por parte dos profissionais de contabilidade, pois todos os processos envolvidos, interno e externamente as empresas, são realizados através de meio eletrônico.

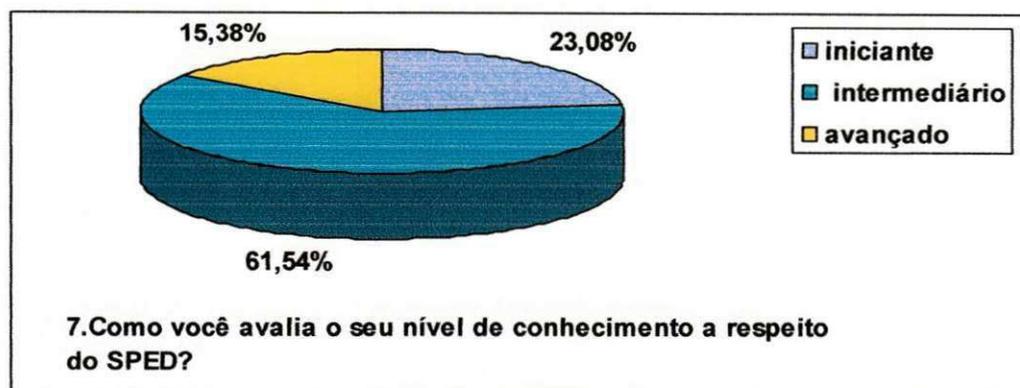


Gráfico 7 – Nível de conhecimento sobre o SPED.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 7 expõe o resultado da pergunta que avalia o nível de conhecimento dos participantes da pesquisa sobre o projeto SPED. O nível de conhecimento foi avaliado em iniciante, intermediário e avançado. Observa-se, através do gráfico que 23,08% dos participantes responderam se encontrar em estágio inicial, 61,53% em nível intermediário e 15,38% em nível avançado. Analisando o gráfico, de acordo com o perfil traçado dos profissionais, pode-se, numa perspectiva mais abrangente, estabelecer uma relação como se encontram preparados os profissionais para encarar esta nova realidade. Os dados obtidos demonstram que o referido assunto ainda é novidade para alguns integrantes da pesquisa, representando 23,08% dos profissionais pesquisados que disseram se encontrar em estágio inicial e 61,54% que já possuem algum conhecimento, mas que precisam ser aprimorados.

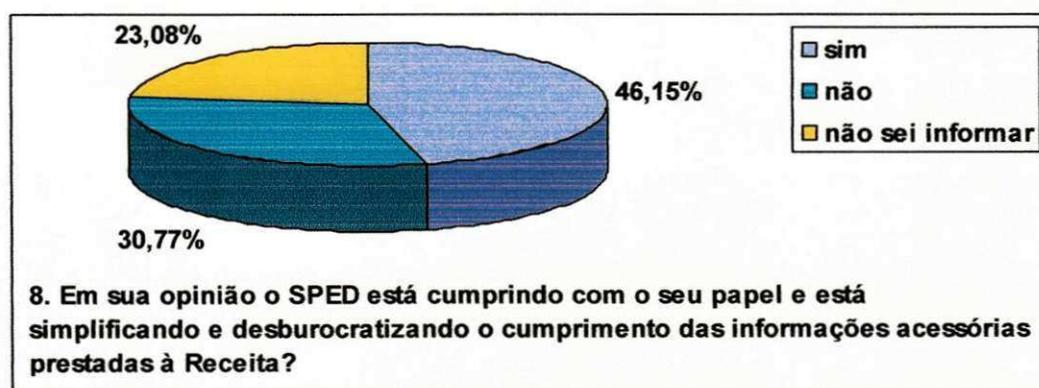


Gráfico 8 – Papel do SPED na percepção dos contabilistas de Sousa-PB.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 8 evidencia o resultado da questão que indaga sobre o papel do SPED para os profissionais de contabilidade de Sousa – PB. Observando o gráfico, verifica-se que a maioria dos participantes 46,15% respondeu que sim, 30,77% responderam que não e

23,08% dos participantes não soube informar. Analisando o gráfico, nota-se que, de acordo com a percepção dos contabilistas de Sousa – PB, o SPED está cumprindo com o seu papel e está desburocratizando o cumprimento das informações acessórias prestadas a Receita, pois, a maioria dos participantes 46,15%, respondeu que o projeto SPED trouxe mudanças e facilitou o cumprimento das informações acessórias prestadas a Receita, no entrando, a pesquisa obteve um grande índice de profissionais que não informou ou não percebeu essas mudanças, que são premissas do projeto para o Brasil.

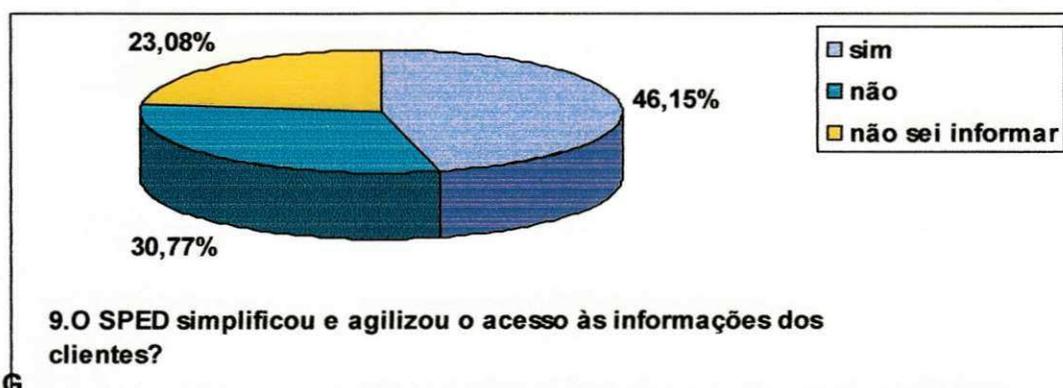


Gráfico 9 – Acesso às informações dos clientes após a implantação do SPED segundo os contabilistas de Sousa-PB.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010.

O gráfico 9 apresenta o resultado obtido da questão que averigua se o projeto SPED simplificou e agilizou o acesso as informações dos clientes. Observando o gráfico, das assertivas dispostas, 46,15% dos participantes responderam que sim, 30,77% disseram que não e 23,08% não souberam informar. O projeto SPED prevê simplificar e agilizar as informações dos clientes, mediante a digitalização das informações. Os dados dos clientes é conteúdo de trabalho para diversos campos de atuação do profissional contábil, como consultoria e assessoria, e seu fácil acesso, influencia na melhoria da qualidade dos serviços prestados. Analisando o gráfico, verifica-se que a maioria dos participantes 46,15% confirma, que de fato, o SPED simplificou o acesso as informações dos clientes, no entanto, elevado índice 30,77% afirmaram que o projeto não facilitou o acesso as informações.

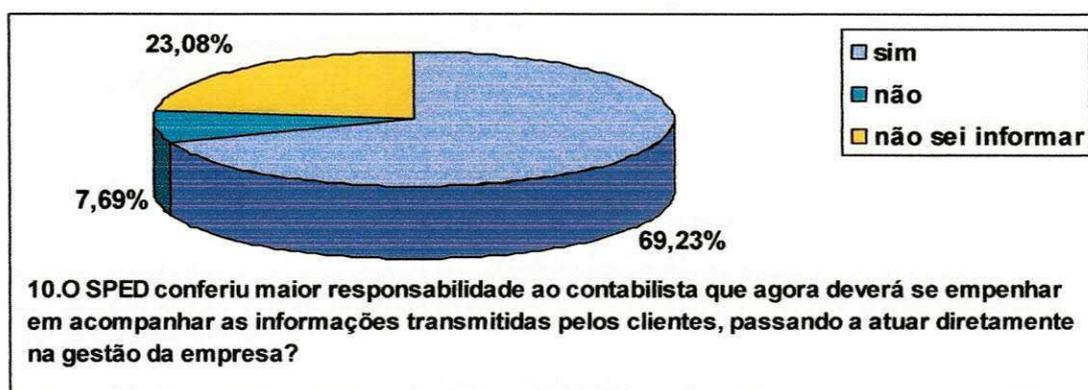


Gráfico 10 – Responsabilidade pelas informações após a implantação do SPED segundo os contabilistas de Sousa - PB.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

O gráfico 10 apresenta os dados obtidos da questão que indaga sobre a maior responsabilidade que o SPED conferiu para os profissionais de contabilidade ao passo que estes devem acompanhar as informações transmitidas pelos clientes. Verificando o gráfico, das assertivas dispostas, nota-se que 69,23% dos participantes responderam que sim, 7,69% responderam que não e 23,08% não souberam informar. Analisando o gráfico, verifica-se que a grande maioria 69,23% afirmou que o SPED trouxe maiores responsabilidades para o profissional de contabilidade, vez que estes passaram a atuar diretamente na gestão da empresa, acompanhando as informações transmitidas.



Gráfico 11 – Influência do SPED no mercado de trabalho dos profissionais de contabilidade segundo os contabilistas de Sousa - PB.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

O gráfico 11 demonstra o resultado da influência do SPED no mercado de trabalho dos profissionais de contabilidade. Observando o resultado obtido, das assertivas dispostas 79,92% responderam que sim, 15,38% disseram que não e 7,69% não souberam informar. Os participantes que responderam sim também escreveram como o SPED influenciou o mercado de trabalho, ganhando destaque a questão da valorização da profissão. Um dos aspectos mais perceptíveis previstos pela implantação do projeto SPED diz respeito a seleção dos bons profissionais, visto que muitos deixaram de atuar, porque não se enquadraram as novas mudanças, pois não se preocuparam em reciclar, atualizar e inovar

seus conhecimentos. Analisando o gráfico, observa-se que a maioria dos participantes da pesquisa 76,92% afirmou que o projeto trouxe algum tipo de influencia para a profissão contábil, a maioria delas positiva, sendo que a que ganhou mais destaque foi a valorização da profissão.

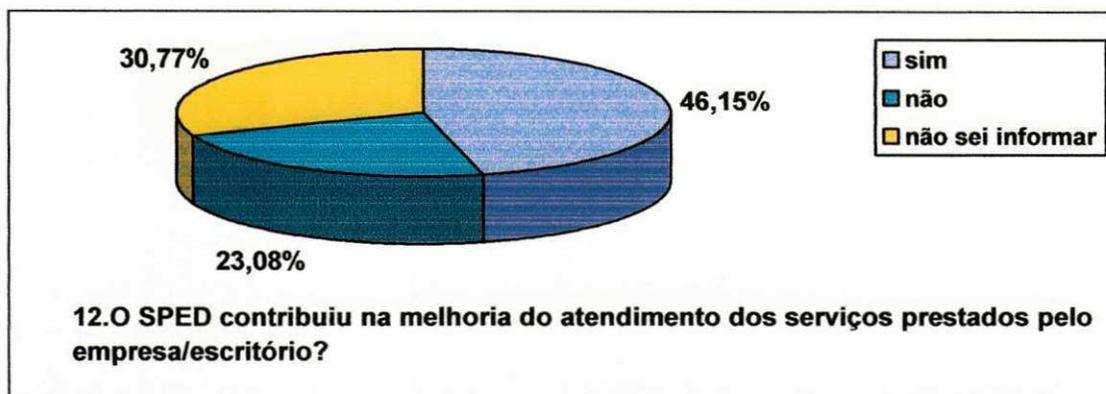


Gráfico 12 – Melhorias dos serviços prestados segundo os contabilistas de Sousa-PB.
Fonte: Dados da pesquisa, 2010

O gráfico 12 expõe o resultado obtido da questão que indagou sobre a contribuição do SPED para a melhoria do atendimento dos serviços prestados. Observando o resultado obtido, das assertivas dispostas 46,15% responderam que sim, 23,08% disseram que não e 30,77% não souberam informar. O SPED é um projeto recente, sendo que seus impactos ainda não foram percebidos por alguns profissionais, fato que influenciou na resposta dos participantes. Para os que responderam sim, um dos impactos em destaque que melhorou os serviços prestados foi rapidez trazida pelo intercambio das informações.



Gráfico 13 – Valorização de outros serviços prestados pelo profissional contábil segundo os contabilistas de Sousa-PB.
Fonte: Dados da pesquisa, 2010

O gráfico 13 demonstra o resultado da valorização de outros serviços prestador pelo profissional contábil. Observando o resultado obtido, das assertivas dispostas 53,85% responderam que sim, 7,69% disseram que não e 38,46% não souberam informar. O SPED

prevê reduzir os trabalhos de digitação e acabar com o retrabalho de fornecer as mesmas informações a órgão diferentes. O tempo, antes consumidos por essas obrigações acessórias, permitirá maior dedicação do profissional em outras áreas de atuação que possuem maior valor agregado. Analisando o gráfico, percebe-se que a maioria dos respondentes 53,85% respondeu que o SPED, indiretamente, valorizou outros serviços de maior valor agregado, tais como consultoria, assessoria e auditoria.

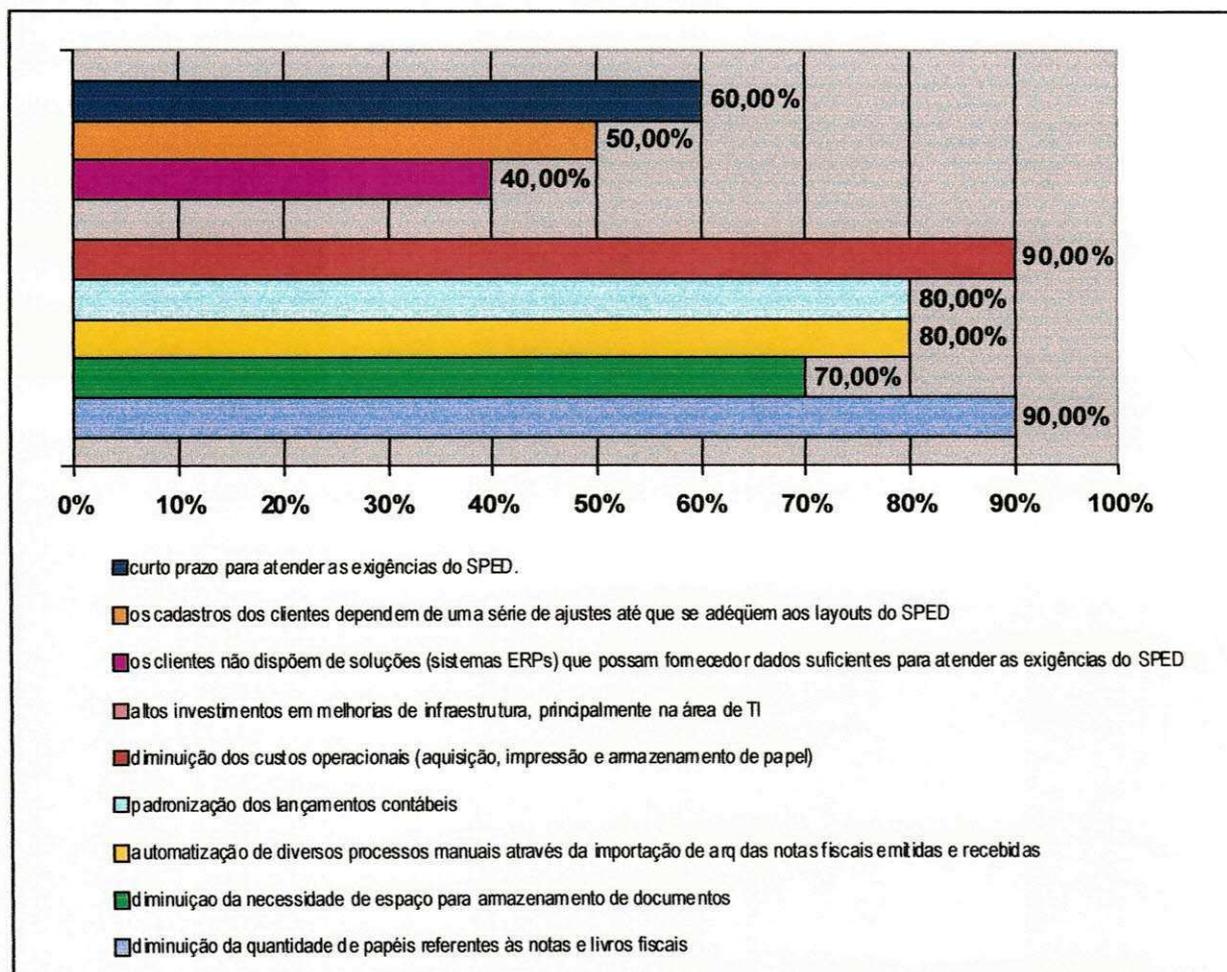


Gráfico 14 – Vantagens e desvantagens após a implantação do SPED segundo os contabilistas de Sousa-PB.

Fonte: Dados da pesquisa, 2010

O gráfico 14 demonstra o resultado da questão que indaga sobre as vantagens ou as desvantagens percebidas pelos contabilistas de Sousa – PB, após a implantação do SPED. Algumas das principais vantagens e também algumas das principais desvantagens foram colocadas para que os participantes da pesquisa pudessem opinar, sendo que o resultado foi apresentado no gráfico 14. Nenhum dos envolvidos na pesquisa acrescentou outras vantagens ou desvantagens. Toda mudança traz uma série de conseqüências, sejam elas vantajosas ou não, e o SPED mudou completamente a comunicação entre as empresas e o fisco. Percebe-se que a diminuição na quantidade de papel, bem como a diminuição nos

custos operacionais foram os benefícios que mais se destacaram para a profissão contábil, enquanto a falta de organização dos cadastros dos clientes e o pouco prazo exigido pelo SPED foram as desvantagens que mais se destacaram.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Sistema Público de Escrituração Fiscal (SPED) é um projeto de grandes dimensões que se constitui em uma revolução caracterizada pela transição do meio físico (papel) para o meio digital que propõem significativas mudanças visando beneficiar todos os envolvidos, tanto para o Governo como também para as empresas.

Em referência ao que foi investigado, constatou-se que a implantação do SPED causou uma série de impactos para a profissão contábil, proporcionando, em termos gerais benefícios para a profissão, auferindo valor significativo a classe contábil. Constatou-se, no entanto, que alguns pressupostos do projeto não foram bem aceitos, ou que não tiveram influência na atividade.

Com base nos objetivos, destaca-se que a falta de conhecimento, ou o nível de preparação dos profissionais interfere no momento de avaliar tais questões, pois dizem respeito a informações técnicas, atualizadas, que divergem das características do perfil de grande parte dos contabilistas. A maior responsabilidade do contador na informação das obrigações assessorias foi um dos impactos que mais se destacou, pois conferiu ao profissional de contabilidade maior participação na gestão da empresa, outro impacto percebido pelos profissionais sousense foi a influência do SPED no mercado de trabalho que seleciona aqueles mais qualificados; como vantagens o que ganhou destaque foi a diminuição na quantidade de papel referente às notas e livros fiscais e a diminuição dos custos operacionais (aquisição, impressão e armazenamento de papel) e como desvantagem ganhou destaque a falta de organização dos cadastros dos clientes e o pouco prazo exigido pelo SPED.

Em pesquisas futuras pode-se observar, além das informações deste trabalho os possíveis estudos:

- Os impactos da Nota Fiscal Eletrônica para a gestão empresarial.
- Convergências às Normas Internacionais e as mudanças na contabilidade;
- Desafios para implantação do Sistema Público de Escrituração Digital - SPED

REFERÊNCIAS

- ALBERTIM, Luiz Alberto; MOURA, Rosa Maria, et al. **Tecnologia de Informação**. 1.^a Ed. Editora Atlas. São Paulo-SP, 2005.
- APDA, Viviane. **A Contabilidade na era digital**. XIII Encontro Latino Americano de Iniciação Científica e IX Encontro Latino Americano de Pós-Graduação - Universidade do Vale do Paraíba. Disponível em < http://www.inicepg.univap.br/cd/INIC_2009/anais/arquivos/0243_0799_01.pdf> Acesso em: 14 nov. 2010
- ASSOCIAÇÃO DE FISCAL E AUDITORES DE TRIBUTOS DO BRASIL (AFBRAS). **Manual do Sistema Público de Escrituração Digital – SPED**. Disponível em: <http://www.afbras.org.br/index.php?acao=manual_sped> Acesso em: 17 jun. 2010.
- AZEVEDO, Osmar Reis. **SPED: Sistema Público de Escrituração Digital**. 2.a Edição. São Paulo, IOB, 2009.
- BEUREN, Ilse Maria (Org.) et al. **Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- BEZERRA, Elaine Cristina Nepomuceno. **O perfil dos profissionais contábeis do município de Sousa/PB em relação às mudanças na legislação Contábil**. Universidade Federal de Campina Grande, Sousa/PB. 2009
- BORGES, CLEBER. **SPED tem impacto na vida das empresas**. Bahia, dez. 2008, Federação das Indústrias do Estado da Bahia. Disponível em <http://www.fieb.org.br/bahia_industria/Arquivos/dezembro_%202008/Spedtemimpactonavidadaempresa.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2010.
- BRASIL, **DECRETO-LEI Nº 9.295**, D.O.U. de 27 de maio de 1946.
- BRASIL, **LEI Nº 12.249**, D. O. U. de 11 de junho de 2010.
- BRASIL, Secretaria da Receita Federal – SRF; Conselho Nacional de Política Fazendária – CONFAZ, **Convênio ICMS nº 143**. 15 dez 2006. Disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/Convenios/ICMS/2006/CV143_06.htm> Acesso em: 18 jun. 2010.
- BRASIL. Conselho Nacional de Política Fazendária (CONFAZ). **ATO COTEPE/ICMS Nº 9. Manual de Orientação Do Leiaute da Escrituração Fiscal Digital – EFD**. 18 abr. 2008. Disponível em <http://www.fazenda.gov.br/confaz/confaz/atos/atos_cotepe/2008/ac009_08.htm> Acesso em: 18 jun. 2010.
- BRASIL. **Decreto nº 6.022, de 22 de janeiro de 2007**. D. O. U. de 22.01.2007 Ed. Extra. Disponível em: <<http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/Decretos/2007/dec6022.htm>>. Acesso em: 16 jun. 2010.
- CLETO, Nivaldo; OLIVEIRA, Fábio Rodrigues. **Manual de Autenticação dos Livros Digitais**. 1. Ed. São Paulo, mai. 2010.
- Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **RESOLUÇÃO CFC Nº 560/83**. Rio de Janeiro, 28 de outubro de 1983.
- DUARTE, Roberto Dias. **Big Brother Fiscal III: o Brasil na Era do Conhecimento** 3. Ed.. Ed. ideas@work, 2009.

FERNANDES, Adriana. SERPRO; O Estado de São Paulo. **Olho de gavião contra os sonegadores**. Brasília, fev. 2006. Disponível em: <http://www.serpro.gov.br/noticias-antigas/noticias-2006/20060210_03> Acesso em 17 jun. 2010.

FRANCO, Hilário. **Contabilidade Geral**. 23º ed. São Paulo: Atlas, 1997.

GOVERNO DA PARAÍBA. **Receita Estadual SEFAZ-PB**. Disponível em: <<http://www.receita.pb.gov.br/scripts/download.php?f=ConSimples.zip>> Acesso em 20 jun. 2010.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO. Secretaria da Fazenda (SEFAZ). **Justificativas para Execução do Projeto**. Disponível em: <<http://www.fazenda.sp.gov.br/nfe/historico/historico.asp>> Acesso em: 17 jun. 2010.

LEITÃO, Silvia Cristina Ramos. **Inteligência Artificial aplicada na Educação a Distância através de Sistemas Especialistas**. TCC. João Pessoa - PB, 2003.

LISBOA, Lázaro Plácido. (Coord.). **Ética Geral e Profissional em Contabilidade**. 2ª. Ed. Maringá – PN, 1997.

MACIEL, Ilane Gomes. **SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED): um estudo sob sobre o impacto causado pelo SPED ao profissional contábil na cidade de Juazeiro-BA**. FACAPE, Petrolina-PE, 2009.

MELO, Pollyanna. **Entenda o SPED – Sistema Público de Escrituração Digital**. 11 dez de 2008. Disponível em <<http://www.administradores.com.br/informe-se/informativo/entenda-o-sped-sistema-publico-de-escuritacao-digital/19362/>> Acesso em 18 jun. 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA, Receita Federal do Brasil (RFB). Portal Nota Fiscal Eletrônica. **Projeto Conceitual da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e)**. Jul. 2006. Disponível em <http://www.nfe.fazenda.gov.br/portal/docs/Projeto_Conceitual_Sistema_NFe_Versao_22_07_06.doc> Acesso em: 25 Jun. 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Portal da Nota Fiscal Eletrônica. **Justificativas para Execução do Projeto**. 2010, Disponível em: <<http://www.nfe.fazenda.gov.br/PORTAL/justificativa.aspx>> Acesso em: 16 jun 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil (RFB). **Guia prático da Escrituração Fiscal Digital – EFD**. 26 mai. 2010. Disponível em <http://www1.receita.fazenda.gov.br/sped-fiscal/download/GUIA_PRATICO_DA_EFD-Versao_2.0.1.A.pdf> Acesso em 18 jun. 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil (RFB). **Medida Provisória n.º 2.200-2**, 24 ago. 2001. Disponível em: <http://www.receita.fazenda.gov.br/acrsf/MP_ICP_22002.pdf> Acesso em: 18 jun. 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil (RFB). **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)**, 2010 Disponível em: <<http://www1.receita.fazenda.gov.br/sobre-o-projeto/historico.htm>> Acesso em: 16 jun. 2010.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. Receita Federal do Brasil (RFB). **Instrução Normativa RFB nº 926**, Disponível em <<http://www.receita.fazenda.gov.br/legislacao/ins/2009/in9262009.htm>> Acesso em: 16 jun. 2010.

MORAIS, José Jassuipe da Silva. **A tecnologia da informação na contabilidade**. IX Convenção de Contabilidade do Rio Grande do Sul, 2003.

Müller, Aderbal N. **Manual da Nota Fiscal Eletrônica**. 2.^a Edição. Curitiba: Editora Juruá, 2009.

NALINI, José Renato. **Ética Geral e Profissional**. 6. ed. Revista atualizada e ampliada. São Paulo: Atlas, 2007.

OLIVEIRA, Antônio Sergio. **SPED e Nota Fiscal Eletrônica**. 2.a Edição. Porto Alegre: Notadez , 2010.

PADUAN, Roberta. Portal Exame. **O leão vai deixar sua empresa nua**. Set. 2009. Disponível em: <<http://portalexame.abril.com.br/revista/exame/edicoes/0926/economia/m0167014.html>> Acesso em: 17 jun. 2010.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL (SRF). **Protocolo de Cooperação Técnica nº 02**, 17 de julho de 2004. Disponível em: <<http://www19.receita.fazenda.gov.br/enat/protocolos/protocolo-02-2004-cooperacao-praticas/>>. Acesso em: 12 jun de 2010.

SEFAZ-PB. Governo da Paraíba. Receita Estadual. Disponível em: <http://www.receita.pb.gov.br/Servicos/nf-e/arquivos/CNAEs_obrigados_2008_2009.pdf> Acesso em 20 jun. 2010.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade**. 2.^a Edição – São Paulo/SP Atlas, 2008.

SOUZA, Antonio Carlos de; FIALHO, Francisco Antonio Pereira; OTANI, Nilo. **TCC: métodos e técnicas**. Florianópolis: Visual Books, 2007

VIANNA, Glauce. **Sistema Público de Escrituração Digital (SPED)** . Jus Navigandi, Teresina, ano 13, n. 2067, 27 fev. 2009. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=12297&p=1>>. Acesso em: 16 jun. 2010

YOUNG, Lúcia Helena Briski. **SPED Sistema Público de Escrituração Digital**, Curitiba: Ed. Juruá, 2009.

Apêndice B – Questionário



Universidade Federal de Campina Grande
 Centro de Ciências Jurídicas e Sociais
 Coordenação do Curso de Ciências Contábeis
 Disciplina: Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)
 Aluno: Artan Alves Dantas

Questionário direcionado aos profissionais de contabilidade do município de Sousa/PB

OS IMPACTOS DA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA PÚBLICO DE ESCRITURAÇÃO DIGITAL (SPED) PARA A PROFISSÃO CONTÁBIL A PARTIR DA PERCEÇÃO DOS CONTADORES DA CIDADE DE SOUSA/PB.

1. Gênero?

- masculino
 feminino

2. Faixa Etária?

- 18 a 25 anos
 26 a 35 anos
 36 a 45 anos
 46 a 55 anos
 de 56 anos acima
 não informou

3. Grau de Instrução?

- curso técnico
 curso superior
 pós-graduação
 não informou

4. Quanto tempo atua na profissão?

- até 5 anos
 6 a 10 anos
 11 a 15 anos
 16 a 20 anos
 21 a 25 anos
 acima de 25 anos
 não informou

5. Outras áreas de atuação?

- auditor
 consultor
 perito
 professor
 não informou
 outra _____

6. Você participou de cursos, palestras, seminários, fóruns, workshops ou congressos sobre o SPED nos últimos 2 anos?

- nenhum
 sim, apenas um
 sim, dois ou mais

7. Como você avalia o seu nível de conhecimento a respeito do SPED?

- iniciante
 intermediário
 avançado

8. Em sua opinião o SPED está cumprindo com o seu papel e está simplificando e desburocratizando o cumprimento das informações acessórias prestadas à Receita?

- sim não não sei informar

9. O SPED simplificou e agilizou o acesso às informações dos clientes?

- sim não não sei informar

10. O SPED conferiu maior responsabilidade ao contabilista que agora deverá se empenhar em acompanhar as informações transmitidas pelos clientes, passando a atuar diretamente na gestão da empresa?

- sim não não sei informar

11. Em sua opinião o SPED irá influenciar o mercado de trabalho do contabilista na região?

- sim não não sei informar

Se sim, diga como: _____

12. O SPED contribuiu na melhoria do atendimento dos serviços prestados pelo empresa/escritório?

- sim não não sei informar

Se sim, diga como: _____

13. O SPED, ao reduzir alguns serviços de digitação, indiretamente, valorizou outros serviços de maior valor agregado, como consultoria, assessoria e auditoria.

- sim não não sei informar

14. Destaque as principais vantagens ou desvantagens que a empresa/escritório teve depois da implantação do SPED.

- diminuição da quantidade de papéis referentes às notas e livros fiscais
 diminuição na necessidade de espaço para armazenamento de documentos
 automatização de diversos processos manuais através da importação de arquivos das notas fiscais emitidas e recebidas
 padronização dos lançamentos contábeis.
 diminuição nos custos operacionais (aquisição, impressão e armazenamento de papel)
 altos investimentos em melhorias de infraestrutura, principalmente na área de TI.
 os clientes não dispõem de soluções (sistemas ERPs) que possam fornecer dados suficientes para atender as exigências do SPED.
 os cadastros dos clientes dependem de uma série de ajustes até que se adeqüem aos layouts do SPED.
 curto prazo para atender as exigências do SPED.

Anexo A – Relação Cadastral dos Profissionais Contabilistas no CRC/PB.

Spiderware

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PARAIBA
Sistema Cadastral
Profissional

Pág.: 1
Data: 08/11/2010
Hora: 09:39:11

Num Registro	Nome	Cidade	UF
MA-003368/O	JOAO BOSCO TEODORO DOS SANTOS	SOUSA	PB
PB-001137/O	EDISIO JUSTINO DE FIGUEIREDO	SOUSA	PB
PB-001428/O	JOSE NUNES DA COSTA	SOUSA	PB
PB-001505/O	ALAIDE MARQUES DE SOUSA	SOUSA	PB
PB-001561/O	MARIA DE FÁTIMA ROLIM BRAGA GADELHA	SOUSA	PB
PB-001696/O	JOSE ALVES FACUNDO	SOUSA	PB
PB-002265/O	PERICLES ALVES MOREIRA	SOUSA	PB
PB-002329/O	LUCIA DE FATIMA ARAUJO	SOUSA	PB
PB-002736/O	ELISABETE BRAGA ROLIM VIEIRA	SOUSA	PB
PB-002912/O	MARIA DO CARMO DE SOUSA	SOUSA	PB
PB-002936/O	FRANCISCO TRAJANO FIGUEIREDO	SOUSA	PB
PB-003398/O	JOILCE DE OLIVEIRA NUNES	SOUSA	PB
PB-003602/O	FRANCISCO DE ASSIS PEDROSA RIBEIRO	SOUSA	PB
PB-003862/O	MARIA ANGELA PEREIRA DANTAS	SOUSA	PB
PB-004128/O	RITA PAZ DA SILVA	SOUSA	PB
PB-004289/O	MARIA EUFLAUSINA DE LIRA MOTA	SOUSA	PB
PB-004545/O	GIGLI SARMENTO GADELHA	SOUSA	PB
PB-004550/O	HENRIQUE DE OLIVEIRA	SOUSA	PB
PB-004658/O	FRANCISCO DINARTE DE SOUSA FERNANDES	SOUSA	PB
PB-004690/O	WANIA QUEIROGA FONTES MARINHO	SOUSA	PB
PB-004775/O	WELLINGTON PESSOA DE LIMA	SOUSA	PB
PB-004835/O	JOSE ARAGAO DA SILVA	SOUSA	PB
PB-004878/O	MARIA DE FATIMA BERNARDO	SOUSA	PB
PB-004952/O	MARIA URSULINA DE SANTANA	SOUSA	PB
PB-004971/O	JOSE CLEIDE ALEXANDRE GOMES	SOUSA	PB
PB-005075/O	AMAURY NUNES FERREIRA	SOUSA	PB
PB-005165/O	ELIZABETE NOBREGA DA SILVEIRA	SOUSA	PB
PB-005253/O	JUCELIO COSTA DE ARAUJO	SOUSA	PB
PB-005277/O	EDVAM MOREIRA DE SENA	SOUSA	PB
PB-005293/O	DISRAELI ABRANTES MOREIRA	SOUSA	PB
PB-005296/O	JOSENILZA DA COSTA FERNANDES	SOUSA	PB
PB-005439/O	MARIA DO SOCORRO BEZERRA	SOUSA	PB
PB-005446/O	NELITA PEREIRA TORRES	SOUSA	PB
PB-005493/O	MARCOS JOSÉ DE OLIVEIRA	SOUSA	PB
PB-005566/O	LECIO JUNIOR DE OLIVEIRA NUNES	SOUSA	PB
PB-005602/O	DINÁCIO DE SOUSA FERNANDES	SOUSA	PB
PB-005655/O	AURINETE DA SILVA SOUZA	SOUSA	PB
PB-005794/O	RONALDO MEDEIROS	SOUSA	PB
PB-005823/O	VERONICA DIAS VIEIRA	SOUSA	PB
PB-005905/O	FRANCISCO DE ASSIS ALENCAR DA COSTA	SOUSA	PB
PB-006056/O	JOSÉ CARLOS NONATO	SOUSA	PB
PB-006463/O	LUCIA SILVA ALBUQUERQUE	SOUSA	PB
PB-006656/O	MARIA AUXILIADORA FERNANDES DE LIMA	SOUSA	PB
PB-006657/O	SAULY MARTINHO GOMES DE SOUSA	SOUSA	PB
PB-006658/O	MARIA DE FATIMA LIRA TORRES	SOUSA	PB
PB-006761/O	HERQUIMEIRE CRISTINA GARRIDO AUGUSTO	SOUSA	PB
PB-006804/O	JOSENILDO VICENTE DE SOUZA	SOUSA	PB
PB-007005/O	THARDELLY DA SILVA BESERRA	SOUSA	PB
PB-007114/O	JOSE ALEXANDRE ABRANTES DA SILVA	SOUSA	PB
PB-007175/O	BERTOLDO LUIZ DE ABRANTES CRISPIM	SOUSA	PB
PB-007217/O	MARIA DO SOCORRO ALEXANDRE MOREIRA TEODORO	SOUSA	PB
PB-007239/O	DANIEL GUEDES COSTA	SOUSA	PB
PB-007249/O	ERISVALDO GOMES DE MELO	SOUSA	PB
PB-007277/P	ADNA AFONSO BATISTA	SOUSA	PB
PB-007286/P	ARLEY ABRANTES DE ALMEIDA	SOUSA	PB
PB-007297/O	ELENUZA SOARES	SOUSA	PB
PB-007711/O	FRANCISCO PETRONIO MARQUES ABRANTES	SOUSA	PB
PB-007719/O	MARIA PAZ DA SILVA BESERRA	SOUSA	PB

Spiderware

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PARAIBA
Sistema Cadastral
Profissional

Pág.: 2
Data: 08/11/2010
Hora: 09:39:16

Num Registro	Nome	Cidade	UF
PB-007786/O	JOSE SUCUPIRA NETO	SOUSA	PB
PB-007898/O	EDILVA LINS CAVALCANTE	SOUSA	PB
PB-008311/O	DOMICIANO VIEIRA GOMES SEGUNDO	SOUSA	PB
PB-008355/O	FRANCISCO TORRES CASIMIRO	SOUSA	PB
PB-008633/O	JOAO LOPES DA CUNHA	SOUSA	PB
PB-008779/O	LANUZA LAURINEIDE BARBOSA RIBEIRO	SOUSA	PB
PB-008785/O	JOSUÉ DANTAS BARBOSA	SOUSA	PB
PB-008835/O	LUIS CARLOS FEITOSA DE ANDRADE	SOUSA	PB
PB-008879/O	LUCILENE GOMES DE OLIVEIRA	SOUSA	PB
PB-008965/O	GIANINNI MARTINS PEREIRA CIRNE	SOUSA	PB
PB-008972/O	HERIANO AZEVEDO DE LUCENA	SOUSA	PB
PB-009075/P	SALDERLANIA MELINDA DE MEDEIROS	SOUSA	PB
PB-009088/O	MARIA LUCIA ANISIO DE SOUSA	SOUSA	PB
PB-009094/O	ANGELA MARIA DA SILVEIRA CASIMIRO	SOUSA	PB
PB-009232/O	FRANCILENE ARAUJO SILVA TOMAZ	SOUSA	PB
PB-009268/O	DANUZA MARQUES DA NÓBREGA	SOUSA	PB
PB-009288/O	RENATA PATRÍCIA OLIVEIRA COURA ROCHA	SOUSA	PB
PB-009353/O	DAMIAO ABRANTES DE SENA	SOUSA	PB
PB-009380/O	MARCIA CASIMIRO DE QUEIROGA	SOUSA	PB
PB-009395/O	JOSÉ WILSON PINHEIRO BRANDÃO	SOUSA	PB
PB-009422/O	TACIOMARIO ABRANTES MELO	SOUSA	PB
PB-009423/O	YURI QUEIROGA NOBREGA	SOUSA	PB
PB-009424/O	MARRISON ALAN DE SOUSA LEITE	SOUSA	PB
PB-009476/O	MARIA EUGENIA MENDES GOMES	SOUSA	PB
PB-009503/O	POLLYANA FIGUEIREDO DE LIMA	SOUSA	PB
PB-009555/O	MANOEL RODRIGUES NETO	SOUSA	PB
PB-009568/O	MARIA DAS DORES LIMA	SOUSA	PB
PB-009590/O	FABIANO FERREIRA BATISTA	SOUSA	PB
PB-009591/O	PEDRO MORAIS FILHO	SOUSA	PB
PB-009592/O	JUCIANE DE ANDRADE SÁ	SOUSA	PB
PB-009593/O	ALLYSON CARLOS DA SILVA LUCENA	SOUSA	PB
PB-009596/O	JULIANA MARIA MOREIRA VIEIRA	SOUSA	PB
PB-009597/O	CLEIA DA SILVA NASCIMENTO	SOUSA	PB
PB-009598/O	FLÁVIA RODRIGUES DE ARAÚJO	SOUSA	PB
PB-009653/O	DIEGLYS DE SANTANA SARMENTO	SOUSA	PB
PB-009760/O	ELAINE CRISTINA NEPOMUCENO BEZERRA	SOUSA	PB
PB-009841/P	QUELE SIMONE ANDRADE ROCHA	SOUSA	PB
PB-009908/O	FRANCISCO ALLISON MOREIRA ALEXANDRE	SOUSA	PB
PB-009916/O	EDVANILTON BATISTA QUEIROGA	SOUSA	PB
PB-009922/O	LUZIMAR DANTAS DE SOUSA	SOUSA	PB
PB-009923/O	SIMONE FERNANDES FERREIRA DE OLIVEIRA	SOUSA	PB
PB-009925/O	ANA ALINE OLIVEIRA DE MELO	SOUSA	PB
PB-009926/O	ANA KARINE BRAGA DE SA	SOUSA	PB
PB-009928/O	ANDERSON ESTRELA DE SANTANA	SOUSA	PB
PB-009934/O	ERIKA MAYANE ARISTOTELIS DUTRA LINHARES	SOUSA	PB
PB-009947/O	SARAH JOHELLYNNE ALVES RIBEIRO LIMA GOMES	SOUSA	PB
PB-009949/O	TIBERIO LUNGUINHO DA SILVA	SOUSA	PB
PB-010131/P	GLAUBER FERNANDES VIEIRA DE FIGUEIREDO	SOUSA	PB
PB-010133/P	KATIANE PIRES QUEIROGA GOMES DE SOUSA	SOUSA	PB
PB-010134/P	LAISE HELENA ANDRADE LOPES VIEIRA	SOUSA	PB
PB-010135/P	LAYANA CARLA GOMES DE OLIVEIRA	SOUSA	PB
PB-010136/P	MARIA APARECIDA GOMES LEANDRO	SOUSA	PB
PB-010142/O	ROSILEIDE FARIAS SARMENTO	SOUSA	PB
PB-010149/P	MARIA DO CARMO PIRES DA SILVA LUNGUINHO	SOUSA	PB
PB-010150/P	MARIA STENILDA NONATO DE ABRANTES	SOUSA	PB
PB-010151/P	JOSÉ RODRIGUES DE FIGUEIREDO FILHO	SOUSA	PB
PB-010152/P	FRANCISCO MILTON ALEXANDRE	SOUSA	PB
PB-010154/P	DAMIÃO BATISTA DE SOUSA	SOUSA	PB

Spiderware

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - PARAIBA
Sistema Cadastral
ProfissionalPág.: 3
Data: 08/11/2010
Hora: 09:39:20

Num Registro	Nome	Cidade	UF
PB-010155/P	ANDREZZA ELIAS DE OLIVEIRA	SOUSA	PB
PB-010218/O	THATIANE LOPES PEDROZA	SOUSA	PB
PB-010232/O	NAGIB SOARES CAVALCANTE	SOUSA	PB
PB-010242/O	PATRICIA FERNANDES LOPES DE SOUSA	SOUSA	PB

Fim Relatório

Anexo B – Relação dos membros da UNICONTS.

UNICONTS - UNIÃO DOS CONTABILISTAS SOUSENSSES			
NOME	TELEFONE	ANIVERSÁRIO	EMAIL
ALEXANDRA BRAGA GADELHA SOARES	9104-8747	09 de fevereiro	alexandra_10053@hotmail.com
DANUZA MARQUES DA NÓBREGA	8812-5389	19 de abril	danuzanobrega@hotmail.com
ELIZABETE M. DA SILVEIRA	8650-0568/3522-1557	22 de dezembro	nobregasilveira@gmail.com
FRANCILENE ARAÚJO SILVA TOMAZ	9971-0573/3522-3284	04 de janeiro	francilenejuy@hotmail.com
JOSÉ ALEXANDRE ABRANTES DA SILVA	3521-2386/8780-0821	30 de março	alexabrantess@hotmail.com
JOSUE DANTAS BARBOSA	9143-4939	10 de março	josuedantasbarbosa@hotmail.com
MÁRCIA CASIMIRO DE QUEIROGA	9145-3536	18 de janeiro	marcia-casimiro@hotmail.com
MARIA ANGELA PEREIRA DANTAS	9967-0181	07 de novembro	manqela@newline.com.br
MARIA AUXILIADORA FERNANDES	9967-2874	05 de maio	alsnlex@newline.com.br
MARIA DE FÁTIMA R. BRAGA GADELHA	9951-9260	09 de junho	fatimabraga@newline.com.br
MARIA DO SOCORRO BEZERRA	8808-8713	20 de setembro	socorrocontab@wrlink.com.br
MARIA URSULINA DE SANTANA	9316-6793	09 de agosto	ursulina.santana2@hotmail.com
RITA PAZ DA SILVA	3522-2981	08 de janeiro	conscontabil@wrlink.com.br